



UC/FPCE\_2013

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Estudo da relação entre a empatia e a vinculação aos pais e aos pares na adolescência**

Susana Anastácio (e-mail: sus.anastacio@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento sob a orientação da Professora Doutora Luiza Nobre Lima



## **Estudo da relação entre a empatia e a vinculação aos pais e aos pares na adolescência**

A empatia é uma variável multidimensional, que resulta da interação de dimensões cognitivas e afetivas, que exercem diferentes efeitos no comportamento e estado emocional do sujeito (Strayer, 1987). Pode ser definida como a capacidade de compreender os comportamentos e sentimentos de outros (Thompson, 1987) e sabe-se que está associada a uma conduta social positiva. Sabe-se também que, na adolescência, uma vinculação segura aos pais e aos pares, está associada a menos problemas de comportamento, a menos agressividade e a um comportamento adaptativo e pró-social (Laible, Carlo & Raffaelli, 2000).

A presente investigação, que contou com a participação de 344 adolescentes, de ambos os sexos e com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, teve como objetivo principal estudar a relação da vinculação aos pais e aos pares com a empatia. Para o efeito foram utilizados o Inventário de Vinculação na Adolescência – IPPA (Armsden & Greenberg, 1987; versão portuguesa: Neves, 1995) e a Escala de Empatia Básica (Jolliffe, 2005; versão portuguesa: Nobre Lima, Rijo & Matias, 2011).

As análises estatísticas evidenciaram uma exclusividade global do grupo de pares na influência e predição dos níveis de empatia, um grau de empatia cognitiva significativamente mais elevado do que a empatia afetiva, e uma extensão desses resultados tanto em função do sexo como da idade.

Palavras-chave: adolescência, empatia, vinculação

## **Study of the relationship between empathy and parents and peers' attachment in adolescence**

Empathy is a multidimensional variable, which results of both cognitive and affective dimensions. Those dimensions exert different effects on the behaviour and emotional state of the subject (Strayer, 1987). Empathy is defined as the ability to understand the others' behaviours and feelings (Thompson, 1987) and it is known that it is related with a positive social behaviour. It is also known that, in adolescence, a secure bond to parents and peers is associated with less aggressive behaviour and more adaptive and pro-social behaviour (Laible, Carlo & Raffaelli, 2000).

This research, which counted with 344 adolescents of both sexes and aged between 12 and 15 years, had as main objective the study of the relationship of parents and peer's attachment with empathy. For this purpose, it was used the Inventory of Parents and Peers Attachment – IPPA (Armsden & Greenberg, 1987; Portuguese version: Neves, 1995) and the Basic Empathy Scale (Jolliffe, 2005; Portuguese version: Nobre Lima, Rijo & Matias, 2011).

Statistical analysis showed that the group of peers is almost the only one that influences and predicts empathy levels, that the degree of cognitive empathy is significantly higher than the affective empathy, and that there is an extension of these results in function of sex and age.

Key Words: adolescence, empathy, attachment

## **Agradecimentos**

Durante os primeiros quatro anos de curso, a tese de mestrado parece ser sempre uma tarefa distante. No entanto, são esses quatro anos que nos preparam para um dos trabalhos que mais nos desafia e instrui. Porque o resultado final não depende só de nós, quero expressar o meu agradecimento a quem teve um papel decisivo na minha formação até aqui, particularmente, ao longo deste desafiante ano.

À Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, onde tive o privilégio de me formar e de encontrar vários professores estimulantes, que me fizeram ter a certeza que era *esta* a Psicologia que queria.

À Professora Doutora Luiza Nobre Lima. A sua orientação foi, sem dúvida, o pilar deste trabalho. Pela constante disponibilidade, pela amabilidade, pelo conhecimento, pelo profissionalismo e pelas palavras, sempre de incentivo, o meu mais sincero obrigada!

Às minhas colegas, Alexandra, Cristina e Filipa, que comigo partilharam a experiência de ter a Prof. Luiza como orientadora. Especialmente à Cristina, pelo trabalho que desenvolvemos em conjunto, e à Alexandra, sempre disponível para ajudar e acalmar as mentes mais preocupadas.

À Professora Doutora Lisete Mónico pela forma disponível e simpática com que partilhou os seus conhecimentos e prestou auxílio na análise estatística dos dados.

Aos Conselhos Executivos das escolas envolvidas, pela colaboração; aos professores que prontamente se disponibilizaram a ceder tempo das suas aulas; aos encarregados de educação que permitiram que os seus educandos participassem desta investigação; e, sobretudo a eles, os adolescentes que, sem pedir nada em troca, compreenderam o objetivo deste estudo e ajudaram a cumpri-lo.

Aos meus Amigos. Por todas as vezes em que estamos *no sítio do costume, à hora do costume*. Em especial à Mónica, amiga de sempre e para sempre; ao Jorge, por tantas vezes em que me ouviu e incentivou melhor do que ninguém, principalmente na reta final; e ao Helder, por todas as boas conversas que nos permitiram fazer uma pausa nas nossas teses e treinar o espírito crítico. A vocês agradeço por me terem sempre incentivado a ir mais longe.

Às Amigas que tive o prazer de fazer ao longo destes anos de Faculdade. Este foi um ano exigente para todas e a partilha de experiências e desabafos foi uma mais-valia.

À Alicia, à Sara e à Sandra, pelos bons momentos que partilhámos este ano e por todo o incentivo entusiástico que sempre me transmitiram.

Aos meus pais e à minha irmã, pelo apoio incondicional ao longo destes cinco anos e por manterem tantas expectativas em relação a mim e

ao meu trabalho. Esse foi um dos maiores incentivos que me poderiam ter dado, mesmo que não o admita. Espero um dia poder retribuir-vos tudo o que me têm dado.

À Tânia, prima, madrinha e amiga, e ao Zé, por estarem sempre disponíveis quando precisei.

À minha família em geral por, de uma forma ou de outra, terem estado presentes e me terem sempre demonstrado o seu apoio.

À Laura, ao Rodrigo e ao Guilherme por serem tantas vezes a minha fonte de inspiração e por terem tentado compreender as minhas ausências ao longo destes últimos meses. Por serem quem são, é a vocês que dedico este trabalho.

*If you aren't given the tools of applied empathy as a young child, we shouldn't be blaming you – we should be blaming us. We have to have a revolution so that all young people grasp empathy and practice it. This is the most fundamental revolution that we have to get through.*

**Bill Drayton**

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>I – Enquadramento conceptual.....</b>	<b>2</b>
1. Empatia.....	2
1.1. Uma perspetiva multidimensional da empatia – empatia cognitiva e empatia afetiva.....	3
1.2. O desenvolvimento da empatia .....	5
1.2.1. Na infância .....	5
1.2.2. Na adolescência.....	6
1.3. A importância do estudo da empatia .....	8
2. Vinculação.....	10
2.1. O efeito da vinculação no desenvolvimento do sujeito....	12
2.1.1. A vinculação na infância – o papel primordial da família	12
2.1.2. A Vinculação na adolescência – a “despromoção” do papel da família e a importância do grupo de pares.....	14
2.2. O papel da vinculação aos pais e aos pares na adolescência.....	17
3. Empatia e vinculação – uma relação .....	18
<b>II - Objetivos .....</b>	<b>21</b>
<b>III - Metodologia.....</b>	<b>22</b>
1. Amostra .....	22
2. Instrumentos .....	22
2.1. Escala de Empatia Básica – BES .....	22
2.2. Inventário da Vinculação na Adolescência – IPPA .....	23
3. Procedimentos .....	24
3.1. Recolha da amostra .....	24
3.2. Análise estatística de dados.....	24
<b>IV – Resultados.....</b>	<b>25</b>
1. Análise da empatia .....	25
1.1. Empatia na amostra total.....	25
1.2. Empatia em função do sexo .....	25
1.2.1. Análise da empatia nos rapazes.....	26
1.2.2. Análise da empatia nas raparigas .....	26

1.3.	Análise da empatia em função da idade.....	26
1.3.1.	Análise da empatia no Grupo 12-13 anos .....	27
1.3.2.	Análise da empatia no Grupo 14-15 anos .....	27
2.	Análise da vinculação aos pais e aos pares.....	27
2.1.	Vinculação aos pais e aos pares na amostra total.....	27
2.2.	Vinculação aos pais e aos pares em função do sexo .....	28
2.2.1.	Vinculação aos pais e aos pares nos rapazes.....	29
2.2.2.	Vinculação aos pais e aos pares nas raparigas .....	30
2.3.	Vinculação aos pais e aos pares em função da idade .....	30
2.3.1.	Vinculação aos pais e aos pares no Grupo 12-13 anos ....	31
2.3.2.	Vinculação aos pais e aos pares no Grupo 14-15 anos ....	31
2.4.	Segurança e insegurança da vinculação .....	32
2.5.	Correlações entre as escalas do IPPA .....	33
3.	Relações entre a empatia e a vinculação .....	33
3.1.	Empatia e vinculação na amostra total.....	33
3.1.1.	Empatia e vinculação em função do sexo .....	34
3.1.2.	Empatia e vinculação em função da idade .....	36
3.2.	Efeito preditor da vinculação sobre a empatia .....	37
<b>V -</b>	<b>Discussão .....</b>	<b>38</b>
<b>VI -</b>	<b>Conclusões .....</b>	<b>46</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>.....</b>	<b>48</b>



## Introdução

A empatia é, em moldes gerais, a capacidade que se tem de compreender os pensamentos e os sentimentos dos outros, envolvendo processos afetivos e cognitivos, essenciais para a interação social positiva (Thompson, 1987). Esta variável tem suscitado o desenvolvimento de inúmeras investigações científicas que têm sido concordantes nos seus resultados acerca da influência desta competência numa série de atitudes e comportamentos pró-sociais. Ainda assim, mesmo sendo clara a importância da empatia no desenvolvimento do ser humano, continua a ser necessário o aprofundamento do seu estudo, uma vez que o conhecimento das bases que sustentam o seu desenvolvimento não foi ainda completamente explorado.

É nesse contexto que surge o interesse do presente trabalho, que pretende precisamente averiguar de que forma os vínculos aos pais e aos amigos, se encontram associados ao desenvolvimento do comportamento empático.

Sabe-se que a empatia é uma competência que começa a ser treinada dentro do seio familiar (Szalavitz & Perry, 2010); afinal, na infância, esse é o principal contexto promotor do desenvolvimento. Mas sabe-se também que, na adolescência, o funcionamento, quer do adolescente, quer do seu sistema familiar, sofrem alterações (Soares, 1996) e, nesse sentido, torna-se importante perceber de que forma essas alterações influenciam a competência empática até então desenvolvida.

Assim, esta dissertação organiza-se da seguinte forma: num primeiro capítulo é realizado o Enquadramento Concetual, que dá a conhecer as principais conceções teóricas acerca da empatia e da vinculação, bem como o conhecimento empírico já alcançado acerca de ambas as variáveis e da forma como se parecem relacionar. Num segundo capítulo, são apresentados os Objetivos fundamentais do estudo e, no terceiro capítulo, é apresentada a Metodologia utilizada (nomeadamente a amostra, os instrumentos e os procedimentos). O quarto capítulo corresponde à exposição dos Resultados obtidos da análise dos dados, sendo que o quinto capítulo, dá lugar à Discussão desses resultados, no sentido de perceber o seu significado e as suas implicações. Posteriormente, encontra-se a Conclusão, que faz o balanço do trabalho realizado ao nível das limitações encontradas e dos objetivos alcançados.

## I – Enquadramento conceptual

### 1. Empatia

À medida que o sujeito, enquanto criança, desenvolve a capacidade de se colocar no lugar do outro – percebendo situações físicas, sociais ou emocionais a partir de um ponto de vista que não o seu – desenvolve também a sua capacidade de ser empático (Griffin-Shirley & Nes, 2005).

O termo *empatia* tem sido utilizado desde há várias décadas em diferentes áreas. No domínio da Psicologia foi primeiramente utilizado por Titchener, em 1909, servindo como tradução da palavra alemã *Einfühlung*, utilizada no campo da arte e da estética para definir a capacidade do sujeito de se projetar no objeto que observa (Wispé, 1986). Titchener fez evoluir a definição da palavra, tendo utilizado *empatia* para se referir a uma ligação sociocognitiva, caracterizada pela tomada de consciência do sujeito acerca da forma como uma emoção afeta o comportamento de outro (Wispé, 1986).

Esta conceção foi o primeiro passo para a utilização progressiva deste termo no campo do léxico psicológico e para a evolução do seu significado. Carl Rogers (1957), a propósito da reflexão acerca do seu trabalho enquanto psicoterapeuta, definiu *empatia* como a aptidão do terapeuta para sentir o mundo privado do cliente como sendo o seu próprio. Esta capacidade de compreensão empática seria uma das condições essenciais para o alcance de uma mudança construtiva no cliente (Rogers, 1957). Por outro lado, Hogan (1975, citado por Wispé, 1986) redefiniu empatia como “inteligência social não-cognitiva”, alertando para o facto de esta influenciar o papel social desempenhado pelo sujeito.

O termo passou então a ser largamente utilizado na Psicologia e, ainda que a sua definição e interpretação se tenha vindo a alterar consoante os domínios em que é utilizado, a sua relevância tem-se tornado evidente. Por ser um conceito complexo, não existe uma definição terminantemente estabelecida. Existem, no entanto, definições mais amplamente divulgadas e que, nesse sentido, são mais vezes utilizadas na definição deste constructo. Uma delas é a de Eisenberg e Strayer (1987), que definem empatia como uma resposta emocional desencadeada pelo estado afetivo ou condição do outro e que, portanto, será congruente com esse estado ou condição. O conhecimento desse estado pode ocorrer através da percepção de sinais manifestos como a expressão facial, ou através de pistas menos visíveis, como ser informado das condições do outro (Eisenberg & Strayer, 1987).

Desde sempre que existem algumas divergências entre as definições apresentadas pelos diferentes autores – alguns aceitam o termo empatia como sendo referente a um processo cognitivo semelhante à tomada de perspectiva, outros consideram-no, essencialmente, um processo afetivo (ainda que com algumas características cognitivas) e, outros ainda, sobretudo na área clínica, veem a empatia como sendo um mecanismo que possibilita a comunicação e a recolha de informação em terapia (Eisenberg & Strayer, 1987). Essas divergências parecem, no entanto, ter sido colmatadas com a aceitação consensual de que a empatia é, então, um constructo multidimensional, do qual fazem parte uma dimensão afetiva e

uma dimensão cognitiva que exercem influência de formas distintas (Ang & Goh, 2010; Gladstein, 1983; Kokkinos & Kipritsi, 2012; Strayer, 1987).

### **1.1. Uma perspetiva multidimensional da empatia – empatia cognitiva e empatia afetiva**

O processo empático resulta da interação de fatores cognitivos e afetivos (Strayer, 1987), advindo daí a possibilidade de interpretar o conceito a partir de uma conceitualização multidimensional. Nesse sentido, é pertinente fazer a distinção entre ambas as dimensões envolvidas.

#### **a) Empatia cognitiva**

Em moldes gerais, pode dizer-se que a dimensão cognitiva da empatia se refere à capacidade de compreender as emoções dos outros (Ang & Goh, 2010). De facto, a empatia cognitiva advém de vários processos cognitivos, interiores ao sujeito, que podem ir desde processos associativos dos mecanismos de aprendizagem até ao assumir explícito da perspetiva de outro sujeito (Zoll & Enz, 2010). O seu alcance é conseguido quando o sujeito foca a atenção no outro e compreende as suas reações através da identificação de sinais expressivos desse indivíduo ou do seu contexto situacional (Zoll & Enz, 2010).

Davis (1983) identificou duas formas de empatia cognitiva: fantasia, que corresponde à capacidade de experimentar os sentimentos de personagens de filmes ou livros, por exemplo, através da imaginação; e tomada de perspetiva (*perspective taking*), que corresponde à capacidade de adotar o ponto de vista psicológico do outro ou, por outras palavras, de se colocar no seu lugar.

Concluindo, vista de uma perspetiva cognitiva, a empatia consiste em “compreender a psicologia dos outros”, ou seja, os seus pensamentos, sentimentos ou intenções, uma vez que os processos responsáveis por essa compreensão são cognitivos (Strayer, 1987).

#### **b) Empatia afetiva**

De um ponto de vista afetivo, a empatia pode ser definida como a capacidade de experienciar e partilhar as emoções dos outros (Ang & Goh, 2010). Melhor dizendo, esta dimensão da empatia refere-se ao processo através do qual o sujeito, devido à perceção dos estados emocionais de outro indivíduo, sente emoções congruentes (Zoll & Enz, 2010).

Tal como aconteceu com a empatia cognitiva, Davis (1983) também identificou duas formas de empatia afetiva – preocupação empática (*empathic concern*), uma forma de empatia caracterizada por ter em conta os sentimentos dos outros e ser solidário para com eles, e *personal distress*, uma resposta auto-orientada para situações interpessoais difíceis caracterizadas por sentimentos de desconforto e ansiedade.

Poder-se-á então dizer que a empatia afetiva é o resultado, ou até o prolongamento, da empatia cognitiva – ainda que se possa desenvolver sem a fase da perceção, através daquilo a que Zoll e Enz (2010) chamam contágio emocional, isto é, a transferência imediata de um estado emocional de um sujeito para outro. Nesses casos, estados emocionais intensos e

qualitativamente semelhantes são despertados automaticamente no sujeito através de pistas verbais, para-verbais (e.g. tom de voz, entoação, volume) e/ou não-verbais (e.g. expressões faciais, olhar, gestos, postura) provenientes do outro (Zoll & Enz, 2010).

Se, pelo contrário, a reação emocional (i.e. empatia afetiva) do sujeito resulta de processos de caráter cognitivo, desenvolvem-se estados afetivos mais complexos em detrimento dos estados apenas qualitativamente semelhantes que ocorrem quando essa reação se deve a contágio emocional, uma vez que o sujeito não só responde e partilha das emoções do outro como as consegue compreender (Zoll & Enz, 2010).

Efetivamente, estas duas dimensões exercem diferentes efeitos quando analisada a sua influência particular no comportamento e estado emocional do sujeito. Por um lado, a empatia cognitiva permite ao indivíduo compreender e prever o comportamento dos outros através da compreensão dos seus estados emocionais facilitando, por exemplo, o diálogo e o entendimento social (Smith, 2006). Por outro, a empatia afetiva motiva o sujeito a comportar-se de forma altruísta para com os outros (Davis, 1996; Vine, 1992, citados por Smith, 2006), ao mesmo tempo que parece promover o estabelecimento de laços vincutivos entre pais e filhos e a coesão grupal (Smith, 2006). Vários estudos apontam para esta diferenciação, indicando que cada uma das dimensões atua de forma distinta no desenvolvimento do processo empático do sujeito.

Ang e Goh (2010) realizaram um estudo com o objetivo de averiguar a associação entre a empatia cognitiva e afetiva e o género nos comportamentos de *cyberbullying* entre adolescentes. Os resultados da investigação mostraram que o julgamento moral nos rapazes estava mais relacionado com os aspetos cognitivos da empatia do que o das raparigas. Além disso, os adolescentes com uma empatia afetiva baixa apresentaram padrões de comportamento semelhantes, sendo que, aqueles que, ao mesmo tempo, apresentavam baixos níveis de empatia cognitiva registavam mais comportamentos de *cyberbullying* do que os que apresentavam níveis mais altos. Verificou-se ainda que, no caso das raparigas, altos níveis de empatia afetiva amenizavam o impacto de uma empatia cognitiva baixa. Essa relação não se verificou no caso dos rapazes, ou seja, a partir do momento em que estes apresentam uma empatia cognitiva baixa, o nível de empatia afetiva é indiferente, não funcionando como atenuante do comportamento de *cyberbullying*.

Noutro estudo com pré-adolescentes, levado a cabo por Kokkinos e Kipritsi (2012), em que se pretendia analisar a relação entre o *bullying*, a vitimização e diversas variáveis socio-emocionais (empatia, inteligência emocional e autoeficácia), também se verificaram correlações negativas entre empatia cognitiva e *bullying* e empatia cognitiva e vitimização. No caso da vitimização, a empatia desempenha um papel importante na medida em que uma atitude empática para com os outros facilita as relações interpessoais e, nesse sentido, funciona como preventor da vitimização e promotor do ajustamento social (Malti, Perren, & Buchmann, 2010).

Não obstante as dimensões afetiva e cognitiva serem as mais referidas, alguns autores consideram também uma dimensão comportamental da empatia (Falcone, 1999; White, 1997). Esta componente, ainda que não seja tão estudada, até porque não pode ser tão objetivamente observada e avaliada (White, 1997), é determinante na competência empática (Falcone, 1999). Com efeito, essa competência ocorre em duas etapas (Falcone, 1999): compreensão empática (o sujeito tenta compreender a perspectiva e os sentimentos do outro e experienciar esses sentimentos) e comunicação empática (o sujeito comunica essa compreensão de forma sensível).

A componente comportamental diz, assim, respeito à capacidade do sujeito em demonstrar a sua compreensão empática através da comunicação empática, para que o outro se sinta profundamente compreendido (Egan, 1986). Falcone (1999) considera que a comunicação empática permite relacionar o contexto, a perspectiva e os sentimentos da outra pessoa, tentando explicar e validar os seus sentimentos e perspectivas sem a julgar.

Em síntese, será correto afirmar que um comportamento empático pleno (traduzido na dimensão comportamental) envolve as dimensões cognitiva e afetiva da empatia, ainda que a ênfase de cada uma delas na resposta empática não seja necessariamente equivalente (Thompson, 1987).

## **1.2. O desenvolvimento da empatia**

### **1.2.1. Na infância**

Apesar de existirem estudos científicos a evidenciar que a empatia se vai modificando ao longo da adolescência, e até da idade adulta, a maior parte da investigação realizada na área foca a sua atenção nos processos empáticos da infância (Lam, Solmeyer, & McHale, 2012). A atenção dedicada a esta fase do desenvolvimento é, no entanto, pertinente uma vez que a empatia é uma competência cujo desenvolvimento começa logo nos primeiros tempos de vida do sujeito (Szalavitz & Perry, 2010).

A capacidade de partilhar emoções, como resultado de contágio emocional ou da expressão emocional dos outros, é evidente desde cedo ainda que, a princípio, essas respostas não sejam qualitativamente empáticas, já que não resultam do conhecimento da situação ou condição do outro (Thompson, 1987), ou seja, de processos cognitivos da empatia. Este fenómeno foi comprovado por vários autores que analisaram o efeito do choro de bebés de diferentes idades em recém-nascidos (Martin & Clark, 1982; Simmer, 1971; Sagi & Hoffman, 1976, citados por Thompson, 1987). Os resultados dessas investigações revelaram, de modo geral, que os recém-nascidos reagem com choro ao ouvirem o choro de outros bebés (choro reativo) e, curiosamente, registaram-se diferenças na intensidade do choro – os recém-nascidos choravam mais intensamente quando ouviam o choro de outro recém-nascido do que quando ouviam o choro de um bebé já de vários meses. Apesar de, como já foi acima referido, estas reações emocionais não poderem ser consideradas formas de empatia, importa frisar que são essas primeiras respostas as precursoras das respostas claramente empáticas que,

geralmente, começam a surgir ainda antes do segundo ano de vida da criança (Thompson, 1987).

Um fator que contribui de forma bastante eficaz para a evolução do comportamento empático é a comunicação concretizada através da expressão facial. Efetivamente, a investigação demonstra que um bebê de poucos meses responde afetivamente à expressão facial da mãe (Thompson, 1987) – até aos cinco meses, o bebê desenvolve a capacidade de distinguir entre diferentes expressões faciais e, a partir dos 6 meses, é capaz de interpretar as expressões faciais enquanto sinais emocionais (Kreutzer & Charlesworth, 1973, citados por Thompson, 1987). No final do primeiro ano de vida, a criança terá desenvolvido a capacidade de referenciação social, que consiste em tentar reconhecer pistas emocionais nos outros que lhe permitam orientar o seu próprio comportamento perante uma situação em que se sinta insegura ou em que não saiba como reagir (Campos & Stenberg, 1981, citados por Thompson, 1987).

Uma vez alcançada a capacidade de atribuir significado emocional às expressões emocionais dos outros, a criança torna-se também capaz de responder em conformidade com essas expressões que desempenham um papel importante na regulação comportamental (Thompson, 1987). Todo este processo está subjacente ao aparecimento, por volta dos dois anos de idade, de respostas efetivamente empáticas (Thompson, 1987) e, conseqüentemente, serve como promotor do comportamento pró-social.

Face ao exposto, percebe-se que as crianças são, desde cedo, sensíveis aos estados emocionais de terceiros e que, ao mesmo tempo, são capazes de os compreender. O comportamento emocional dos outros é, aliás, rico em informação que a criança vai utilizar na compreensão e regulação do seu próprio comportamento, uma vez que vai adquirindo a capacidade de se colocar no lugar do outro – tomada de perspectiva – indispensável ao desenvolvimento da empatia (Assunção & Matos, 2010) e do estabelecimento de relações sociais maduras (Sprinthall & Collins, 1988). Essa capacidade de assunção de papéis (*role taking*) designa, nas palavras de Sprinthall e Collins (1988, p.154), “a capacidade do indivíduo para inferir a perspectiva mental de outra pessoa, numa situação social, habitualmente com o objetivo de ajustar a sua perspectiva à desta última, de modo a torná-la mais adequada”. Esta característica é, sem dúvida, aquela que diferencia o raciocínio social de um adolescente do de uma criança mais nova, como se verá de seguida.

### 1.2.2. Na adolescência

Ainda que, na infância, a família funcione como fonte primária de socialização e, portanto, como promotora do desenvolvimento da criança (nomeadamente do desenvolvimento socio-emocional), na adolescência, ocorrem algumas modificações.

Com o início da puberdade o sujeito consegue compreender os pensamentos e sentimentos dos que o rodeiam, dando-lhes uma resposta emocional adequada. Ainda que nessa altura o comportamento empático já esteja enraizado, existem alterações cognitivas e sociais, inerentes à

transição que é a adolescência, que resultam também num desenvolvimento da empatia. Uma alteração importante dá-se ao nível das regiões cerebrais envolvidas nos processos sociocognitivos do adolescente (Decety, 2010). Segundo Decety (2010), durante a adolescência, as áreas corticais e subcorticais sofrem alterações que influenciam a capacidade de inferir estados mentais e de perceber a perspectiva de outro sujeito. Essas modificações levam a que o pensamento seja orientado por questões mais abstratas, o que permitirá que o adolescente consiga assumir, em termos emocionais, a perspectiva social de outros (Sprinthall & Collins, 1988), refletindo, por exemplo, acerca da forma como os outros encaram determinadas situações e como se sentem em relação a elas.

A par das alterações psicofisiológicas, o próprio contexto social do adolescente, inevitavelmente diferente do contexto social na infância, providencia novas oportunidades para a compreensão empática, que ganham forma através das relações estabelecidas com os amigos, colegas ou pares românticos (Eisenberg, Morris, McDaniel, & Spinrad, 2009).

Dadas estas modificações, e sabendo-se também que os adolescentes que demonstram mais empatia irão, com maior probabilidade, agir de forma pró-social (Lam, Solmeyer, & McHale, 2012), foram já realizados vários estudos no sentido de perceber qual é a evolução da empatia durante esta transição. Os resultados são, no entanto, algo ambivalentes. Se, por um lado, existem estudos que sugerem um aumento da empatia ao longo da adolescência, significando isto que os adolescentes mais velhos serão mais empáticos do que os mais novos (Strayer & Roberts, 1997), por outro, foram analisados dados que evidenciam que não existe uma alteração da empatia com a idade (Adams 1983; Karniol et al. 1998, citados por Lam, Solmeyer, & McHale, 2012; Matias, 2012).

No estudo de Lam, Solmeyer e McHale (2012), levado a cabo com o objetivo de analisar o percurso desenvolvimental da empatia entre os 7 e os 14 anos relacionando-o com a qualidade das relações estabelecidas entre irmãos, os dados apontaram, em relação aos rapazes, no sentido de um aumento da empatia, seguido de um declínio (simultâneo à transição para a adolescência); nas raparigas verificou-se um aumento da empatia que estabilizou, em média, aos 12 anos sendo que, uma relação mais calorosa e menos conflituosa entre irmãos está relacionada com maiores níveis de empatia.

Na investigação realizada por Matias (2012), a fim de adaptar para a população portuguesa a *Basic Empathy Scale* (Jolliffe & Farrington, 2006) e de perceber em que medida o género, a idade e o número de irmãos dos adolescentes influenciam os resultados na escala, concluiu-se que a empatia se associa positivamente com as competências sociais dos sujeitos e negativamente com a vergonha externa, a agressividade e os comportamentos de submissão social. Verificou-se ainda que as raparigas são tendencialmente mais empáticas que os rapazes (Matias, 2012).

Essa conclusão acerca da variável sexo está de acordo com a generalidade dos estudos, que apontam no sentido de uma variação dos níveis de empatia conforme se avaliem rapazes ou raparigas, mais

especificamente, no sentido de um maior grau de empatia por parte do sexo feminino (Broidy, Cauffman, Espelage, Mazerolle, & Piquero, 2003; Rueckert, 2011).

### 1.3. A importância do estudo da empatia

A empatia é uma variável que tem sido frequentemente estudada no sentido de verificar o efeito da sua influência num vasto leque de atitudes e comportamentos do ser humano.

De um modo geral, os resultados das investigações realizadas são consonantes, evidenciando a empatia como um forte preditor da conduta social positiva, ou seja, do comportamento pró-social (Sánchez-Queija, Oliva, & Parra, 2006; Garaigordobil & Maganto, 2011), o que comprova a sua importância no desenvolvimento de padrões de pensamento e comportamento consistentes com as normas sociais.

A relevância da aquisição desta competência social básica está comprovada em diversos estudos. Numa investigação de Garaigordobil e Maganto (2011), que pretendia, entre outras coisas, estudar a relação entre a empatia e a resolução de conflitos na infância e na adolescência, verificou-se a existência de uma correlação positiva entre empatia e resolução cooperativa dos conflitos. Do lado inverso, os dados revelaram que níveis mais baixos de empatia estavam relacionados com a resolução agressiva dos conflitos.

Sánchez-Queija, Oliva e Parra (2006), que estudaram o efeito da empatia e das relações familiares e de pares no comportamento pró-social de adolescentes, averiguaram que, apesar de todas as variáveis estabelecerem uma correlação positiva com esse comportamento, a empatia era a que ostentava relações mais significantes.

A empatia foi também indicada como tendo um efeito direto no desenvolvimento da Teoria da Mente<sup>1</sup> em estudantes do ensino secundário (Ibanez, Huepe, Gempp, Gutiérrez, & Rivera-Rei, 2013).

Howell, Turowski e Buro (2012) encontraram uma relação positiva entre empatia e predisposição para o adolescente pedir perdão numa situação em que se sinta culpado e, do mesmo modo, sabe-se também que uma maior empatia prediz uma maior capacidade de perdoar o comportamento desajustado de outros (Mellor & Fung, 2012).

Nos parágrafos anteriores sobressai a ideia de que níveis elevados de empatia estão positivamente correlacionados com comportamentos sociais adequados e que, contrariamente, um nível de empatia menos manifesto poderá ser preditor de condutas sociais negativas. A associação entre comportamento antissocial e ausência de empatia (ou, pelo menos, níveis baixos), já foi atestada em alguns estudos que se propuseram a examinar essa questão em particular (Cohen, 1982; Kemp, Overbeek, Wied, Engels, &

---

<sup>1</sup> A Teoria da Mente (Premack & Woodruff, 1978) representa um marco no desenvolvimento sociocognitivo infantil, que se traduz na capacidade de atribuição de estados mentais (pensamentos, crenças e sentimentos) a si mesmo e aos outros e de prever e explicar o seu comportamento e pensamento com base nessa atribuição (Martins, Osório, & Macedo, 2008).



Scholte, 2007; Shechtman, 2002; Soderstrom, 2003).

O estudo de Cohen (1982), que pretendia verificar a existência de uma associação negativa entre empatia e atitudes agressivas e antissociais de adolescentes, revelou que essa associação existe relativamente a ambas as dimensões da empatia – cognitiva e afetiva. Também Shechtman (2002) verificou essa relação numa amostra de adolescentes do sexo masculino, apesar de que, no seu estudo, apenas a dimensão afetiva se correlacionou negativamente com a agressividade. Kemp, Overbeek, Wied, Engels, & Scholte (2007) verificaram que o nível de empatia afetiva está ainda negativamente associado com o comportamento delinquente em ambos os sexos, ainda que, nas raparigas, essa relação seja moderada pelo apoio parental. Em casos extremos, já foi comprovado que a psicopatia pode ser considerada uma perturbação da empatia que engloba disfunções específicas da emoção e da comunicação, associadas a problemas de adaptação psicossocial e de desenvolvimento da personalidade (Soderstrom, 2003).

Sendo inegável a influência clara que a empatia detém sobre o comportamento social positivo e, uma vez que o grau dessa influência é tanto maior quanto mais cedo o comportamento da criança começar a ser direcionado de acordo com princípios e valores pró-sociais (Pavarino, Prette, & Prette, 2005), tem surgido algum interesse relativo a programas de intervenção que promovam o desenvolvimento dessa competência básica logo desde os primeiros anos de vida (Schonert-Reichl, Smith, Zaidman-Zait, & Hertzman, 2012). Estes programas são úteis na medida em que pretendem funcionar como medidas de prevenção de comportamentos agressivos e desajustados através da promoção da compreensão social e emocional (Schonert-Reichl et al., 2012). Além disso, têm a seu favor dados empíricos concretos que indicam que uma grande parte dos sujeitos que revelam padrões de comportamento delinquente na adolescência, possuem, desde muito cedo, histórico de problemas de comportamento na escola e em casa (Steinberg & Morris, Adolescent development, 2001), reforçando assim, a ideia de que a infância é uma fase desenvolvimental indissociável das restantes.

Os programas *Roots of Empathy* (ROE) e *Seeds of Empathy* (SOE) são exemplos que têm obtido resultados bastante favoráveis nos países em que têm sido implementados.

O *Roots of Empathy* teve origem no Canadá, em 1996, pelas mãos de Mary Gordon. É dirigido a alunos dos cinco aos catorze anos e é aplicado nas escolas, pretendendo trabalhar coletivamente com as turmas. Além de ter sido desenvolvido para promover a empatia e a compaixão, ao mesmo tempo que reduz a agressividade e o *bullying*, o programa pretende promover o envolvimento das famílias e de outros elementos exteriores à escola que possam servir como facilitadores do processo. O ROE tem sido implementado em vários países como a Nova Zelândia, os Estados Unidos da América ou a Irlanda e os resultados têm sido positivos, evidenciando-se uma melhoria significativa de comportamentos pró-sociais e pró-ativos nas crianças (Schonert-Reichl et al., 2012). O *Seeds of Empathy*, da mesma autora, foi criado mais tarde, sendo vocacionado para crianças mais novas,

dos três aos cinco anos. À semelhança do programa que lhe deu origem, este também almeja o desenvolvimento de competências sociais e emocionais. Esses objetivos são alcançados através de visitas às famílias e de “Círculos Literários”, nos quais são contadas histórias às crianças com o objetivo de as ajudar a explorar os seus próprios sentimentos e as perspetivas dos outros.

Em Portugal não existem, por enquanto, programas especificamente desenvolvidos para promover a competência empática, ainda que se comecem a dar alguns passos nesse sentido com a organização, este ano, do I Encontro Crescer com Empatia. Esse encontro pretendeu não só divulgar a investigação que tem sido realizada na área, mas também envolver os vários agentes educativos (escolas, famílias e profissionais de saúde e educação) na discussão acerca da necessidade de promover a empatia e a prosocialidade desde cedo em crianças e adolescentes.

Neste sentido, é justificável o interesse que a comunidade científica tem revelado pela compreensão do desenvolvimento desta competência, percebendo-se a pertinência de aprofundar o estudo das condições que a sustentam.

Porém, apesar de existirem inúmeros estudos que atestam a empatia enquanto variável preditiva de um amplo leque de comportamentos pró-sociais, são poucos os estudos que retratam a relação inversa, ou seja, que identificam variáveis preditivas da empatia (Garaigordobil & Maganto, 2011). Não negando as limitações que ainda existem neste domínio, sabe-se, contudo, que a expressão emocional, o *insight* emocional e o *role-taking* são fortes preditores do desenvolvimento da empatia na infância (Roberts e Strayer, 1996) e que, de acordo com Garaigordobil & Galdeano (2006), a conduta pró-social, um baixo nível de agressividade e um alto autoconceito também funcionam como preditores da empatia.

Conclui-se, então, que a empatia é uma variável determinante na evolução dos pensamentos e comportamentos socialmente positivos e, portanto, o seu estudo permitirá que se criem condições para que o seu desenvolvimento seja promovido no sentido de prevenir condutas antissociais.

## 2. Vinculação

A vinculação é uma ligação emocional permanente que se estabelece entre o bebé e a figura humana que lhe presta cuidados básicos, segurança e proteção, sendo um pré-requisito para a sobrevivência da criança. Ao longo do primeiro ano de vida, a criança estabelecerá uma relação recíproca e privilegiada com a figura cuidadora, que adquire o estatuto de figura de vinculação (Bowlby, 1980, citado por Almeida, 1997; Papalia, Olds, & Feldman, 2001).

O interesse pela temática da vinculação foi preconizado por Bowlby, nos anos quarenta do século XX, quando o autor publicou os seus primeiros textos acerca dos efeitos prejudiciais que a privação do contacto materno poderia causar na relação de vinculação mãe-filho. Para Bowlby, o primeiro ano de vida do bebé é o período fulcral para o estabelecimento de uma

relação privilegiada com uma figura em particular que, enquanto cuidadora, lhe conferirá segurança e proteção (Soares, 1996). Poder-se-á dizer que essa é uma relação, essencialmente assimétrica, que uma figura vinculada (o bebê) estabelece com uma figura de vinculação (usualmente a mãe), mais forte e melhor preparada para enfrentar o mundo e que, por isso, lhe proporcionará segurança e conforto (Soares, 1996).

A relação de vinculação é, então, regulada por comportamentos de vinculação que, de acordo com fatores situacionais, poderão ser mais ou menos intensos e mais ou menos frequentes (Soares, 1996). Ou seja, se a criança está doente, com frio ou com fome (fatores situacionais), tenderá a dirigir comportamentos de vinculação (e.g. chorar, agarrar ou aproximar) para a sua figura de vinculação. A partir do momento em que a figura de vinculação se aproxima e, eventualmente, extinga os fatores situacionais que perturbam a criança, os comportamentos de vinculação são desativados. Importa, no entanto, ter a noção de que as condições de ativação e desativação dos comportamentos de vinculação se vão alterando ao longo da vida e que, apesar de serem fortalecidos ou enfraquecidos por fatores situacionais, nunca se extinguem completamente já que a vinculação, em si mesma, é uma relação que, uma vez estabelecida, tende a persistir ao longo do tempo (Ainsworth, 1969, citado por Soares, 1996; Soares, 1996).

Tendo em conta o funcionamento deste processo, e sabendo que o comportamento de vinculação tende a ser cada vez menos intenso e frequente ao longo do desenvolvimento do sujeito (Soares, 1996), parece pertinente compreender quais são os fatores que contribuem para essa transformação. Bowlby (1984) considerou, sobretudo, o papel da experiência e do desenvolvimento cognitivo. Com efeito, o autor considera que, por volta dos dois anos começa a emergir na criança a capacidade de tomar o ponto de vista do outro (ainda que de forma imperfeita e relativa). É essa capacidade que lhe permite, não só observar o comportamento da figura cuidadora, mas também de inferir acerca dos seus objetivos e, desse modo, tentar regulá-los para que convirjam com os seus próprios planos (Soares, 1996).

Ainsworth (1990, citado por Soares, 1996) considera que o alcance desta fase requer, precisamente, que a criança tenha atingido um determinado nível de desenvolvimento cognitivo e que tenha também experienciado interações sociais substancialmente significantes para que, ao mesmo tempo que percebe e tenta influenciar as metas da sua figura de vinculação em função das suas próprias metas, consiga manter com ela uma comunicação e proximidade de qualidade.

Com a obtenção dessas competências, a criança começa a aceitar situações em que a separação da figura de vinculação é mais prolongada. Do mesmo modo, uma vez que organiza agora a vinculação de uma forma mais complexa, a proximidade dessa figura passa, não só pelo contacto presencial e físico, mas também pela sua representação (Soares, 1996). Isso significa, por outras palavras, que o comportamento de vinculação pode ser desativado sem requerer obrigatoriamente a presença da figura de vinculação, através, por exemplo, de chamadas telefónicas ou de outros meios de comunicação

não presencial. Esta dimensão representacional (Soares, 1996) ganha um valor ainda mais significativo quando, em vez da infância, se fala na adolescência ou até mesmo da idade adulta.

Note-se que, ainda que a literatura sobre o tema dê particular relevância à mãe quando se refere às relações vinculativas, a maior parte das crianças tem mais do que uma figura de vinculação (Soares, 1996). Bowlby (1969, citado por Soares, 1996) considera, no entanto, que a criança tende a ficar especialmente vinculada a uma figura (geralmente a mãe) pois as outras figuras (por exemplo, pai, irmãos ou avós) não assumem o mesmo significado para a criança. Bowlby defende, assim, a possibilidade de existência de uma hierarquia de figuras de vinculação, que inclui uma figura de vinculação principal e uma ou mais figuras de vinculação secundárias (Soares, 1996).

Com efeito, o trabalho de Bowlby foi decisivo para o surgimento de um vasto interesse pela temática da vinculação e, em consequência, para o aumento do número de estudos empíricos que procuraram demonstrar a sua importância no desenvolvimento do sujeito (Almeida, 1997). É facto que – uma vez que é com base nelas que a criança cria modelos, expectativas e planos acerca do comportamento – as primeiras relações estabelecidas no meio familiar funcionam como determinantes da qualidade do percurso desenvolvimental futuro (Bowlby, 1973, citado por Soares, 1996). É essa relação que se analisará de seguida.

## **2.1. O efeito da vinculação no desenvolvimento do sujeito**

São múltiplas as investigações que foram conduzidas no sentido de verificar a relevância de estabelecer relações de vinculação significativas. É sabido que a qualidade da vinculação aos pais potencia o desenvolvimento socio-emocional da criança e do adolescente (Soares, 1996; Assunção & Matos, 2010) e que a personalidade adulta pode ser considerada como o resultado da qualidade dessa relação (Felgueiras Machado, 1995). Isto porque existe uma relação significativa entre as experiências de vinculação na infância e adolescência e a capacidade de estabelecer relações afetivas saudáveis enquanto adulto (Cunha, 2005). É então correto afirmar que é a partir destas primeiras interações que a criança constrói os modelos que servirão para guiar e ajustar o seu próprio comportamento às mais diversas situações.

### **2.1.1. A vinculação na infância – o papel primordial da família**

Estabelecer uma relação vinculativa é uma das tarefas desenvolvimentais da infância. Nessa altura, é o meio familiar que funciona como provisor principal das experiências de vinculação, possuindo, por isso, um papel determinante na qualidade do desenvolvimento socioafetivo da criança.

Como foi verificado por Ainsworth (1978), existem variações na

forma como os pais desempenham o seu papel de cuidadores<sup>2</sup> e, por conseguinte, essas variações denotam-se também no modo como a criança interage com o meio que a envolve. O ideal será que os pais funcionem como base segura, ou seja, que permitam que a criança explore o meio sem, no entanto, descurar a sua necessidade de vinculação.

A este propósito, Felgueiras Machado (1995, p. 19) refere que:

A criança cujos pais são capazes de fornecer estas condições, torna-se segura, com confiança nela própria e nos outros, cooperante e prestável. No quadro da teoria da vinculação, esta criança é descrita como tendo construído um modelo representacional de si própria, em que é simultaneamente capaz de se ajudar a si própria e de procurar ajuda quando surgem dificuldades.

Neste caso, a criança, sentindo que a sua figura cuidadora está disponível para responder a um eventual pedido de auxílio, sente-se também confiante para explorar o que a rodeia. Bowlby (1973, citado por Felgueiras Machado, 1995) afirmou que o ambiente familiar destas crianças é caracterizado pelo encorajamento da autonomia mas também pelo suporte parental. Isto é importante na medida em que é a partir da forma como a figura de vinculação responde às necessidades da criança, que esta criará representações de si própria, da figura cuidadora e da relação entre ambas, que influenciarão a forma como se envolverá noutras relações interpessoais (Almeida, 1997); dito de outro modo, influirão “na construção de um sentimento de valor próprio e confiança nos outros” (Machado & Fonseca, 2009, p. 462).

Pelo contrário, crianças educadas num contexto familiar em que exista uma constante incerteza acerca do apoio parental e que, por isso, o crescimento se desenvolve num meio instável, tenderão a observar o mundo como algo imprevisível, no qual se sentem pouco seguras (Felgueiras Machado, 1995) e a desenvolver sentimentos de rejeição, indiferença e desvalorização em relação a si e aos outros (Machado & Fonseca, 2009).

Um aspeto interessante que deverá ser tido em conta é o facto de que um sujeito criado num ambiente de vinculação segura estará apto para mudar de papel em diferentes situações - tanto para assumir, ele próprio, um papel

---

<sup>2</sup> Num procedimento experimental que ficou conhecido como Situação Estranha (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978) e que consistia em observar a reação do bebé de cada vez que a mãe saía e regressava à sala, foram identificados três tipos de organização comportamental (correspondentes a diferentes tipos de estratégias de regulação) (Cunha, 2005):

a. *Seguro*: o bebé chora e protesta quando a mãe sai, mas reage alegremente ao seu regresso. A mãe é utilizada como base segura, ou seja, o bebé afasta-se para explorar o meio mas vai regressando para reforçar a confiança de que necessita;

b. *Inseguro evitante*: o bebé tende a não chorar quando a mãe sai da sala, mas reage com evitamento quando esta regressa. Por norma, não se aproxima em momentos de necessidade;

c. *Inseguro ambivalente*: o bebé mostra-se ansioso mesmo com a mãe presente e fica bastante perturbado quando ela sai da sala. Quando a mãe regressa o comportamento do bebé é ambivalente, oscilando entre a procura do seu contacto e a resistência, demonstrada através de comportamentos agressivos. O bebé revela-se difícil de acalmar e tende a explorar pouco o meio.

de base segura em relação aos outros, como para, noutras condições, aceitar que seja o outro a funcionar como base segura em relação a si (Soares, 1996). Percebe-se, assim, o papel protetor que uma vinculação segura pode representar ao longo do desenvolvimento do sujeito, sendo a transição da infância para adolescência o momento ideal para verificar a existência dessa correlação.

### **2.1.2. A Vinculação na adolescência – a “despromoção” do papel da família e a importância do grupo de pares**

Se, ao longo de toda a infância, as relações de vinculação se estabelecem primordialmente no contexto familiar, com a chegada da adolescência e das suas transformações, também estas relações se modificam.

A adolescência pode, dentro da perspectiva da vinculação, ser observada como uma etapa de transição entre as vinculações que se estabeleceram na infância e as vinculações que se estabelecerão na vida adulta e que transporão os limites familiares (Felgueiras Machado, 1995; Jongenelen, Carvalho, Mendes, & Soares, 2007; Soares, 1996).

Esta primeira noção já permite ter alguma percepção das particularidades que caracterizam esta transição desenvolvimental. Não existem dúvidas de que este é um período marcado por transformações de diversas índoles – físicas, emocionais, cognitivas, comportamentais, sociais (Sprinthall & Collins, 1988) – e, por isso, a natureza e configuração dos comportamentos vinculativos terão que, de alguma forma, se destacar dos que caracterizavam períodos anteriores do desenvolvimento (Allen & Land, 1999, citados por Jongenelen et al., 2007).

No início deste período passa a existir algum esforço por parte do adolescente no sentido de se tornar mais independente em relação às suas figuras de vinculação – ainda que o apoio parental continue a ser procurado (Soares, 1996; Steinberg, 2001). Essa necessidade de distanciamento faz parte do curso natural do desenvolvimento – a dependência dessas figuras que existia até então, passa a metamorfosear-se no sentido de uma autonomia relativa (Jongenelen et al., 2007), que permitirá ao jovem adolescente maior liberdade no processo de exploração do *self* e também de estabelecimento de outras vinculações. Esta transformação da relação do adolescente com os pais representa, aliás, uma das tarefas desenvolvimentais da adolescência (Felgueiras Machado, 1995).

Como foi visto anteriormente, o crescimento da criança é indiretamente proporcional à necessidade de presença dos pais. Cunha (2005, p.74), explica este processo de forma bastante clara:

Os comportamentos de vinculação tornam-se menos frequentes e menos intensamente ativados, devido ao aumento da competência cognitiva [...]. Isto significa que a criança atinge uma maturação em que é capaz, por períodos de tempo cada vez mais longos, de se sentir segura, mesmo na ausência da figura de vinculação, porque sabe onde ela está e quando regressa, ou que estará disponível se precisar dela. Fica assim patente que essas alterações se devem, em grande parte, às

novas competências cognitivas e emocionais a que o adolescente tem acesso e que lhe permitem, a partir dos diferentes modelos de vinculação que vivenciou enquanto criança, criar uma noção de vinculação singular e integrada (Cox, Owen, Handerson & Margand, 1992, citados por Jongenelen et al., 2007; Machado & Oliveira, 2007).

*Porquê a aproximação ao grupo de pares?*

A explicação para o facto de o grupo de pares ser o contexto eleito para o estabelecimento de novas relações de vinculação é, na realidade, de uma compreensão simples.

A adolescência, na qualidade de transição que envolve uma série de alterações físicas, socio-emocionais e cognitivas, é, em larga medida, causadora de dúvidas e anseios que o adolescente precisa de esclarecer e minimizar (Jongenelen et al., 2007). Sendo assim, fará todo o sentido que este se “refugie” junto daqueles que, naquele momento, partilham do mesmo leque de sentimentos e emoções – o grupo de pares. Muitos dos receios e inseguranças inerentes a esta fase, podem ser neutralizados por este grupo uma vez que os seus vários elementos se identificam no que sentem e no que fazem (Nobre Lima, 2000). Parafraçando Soares (1996, p.47), “as relações com os pares passam a ser concebidas como um contexto genuíno de conforto e apoio psicológico”.

Todo este processo é bem documentado por Jongenelen et al. (2007) que justificam esta aproximação do adolescente ao grupo de pares, não só devido ao facto de ser o grupo que está a vivenciar as mesmas mudanças, mas também devido ao impulso de se querer autonomizar em relação aos pais e, assim, garantir que as necessidades de vinculação continuarão a ser satisfeitas (quer através de pares românticos, quer através de amizades íntimas).

*Os pais enquanto figuras de vinculação secundárias – renegociar a relação.*

O afastamento gradual do adolescente em relação aos pais não deve ser entendido como consequência de qualquer conflito geracional. Não obstante os pais deixarem de ser as figuras primordiais de vinculação, é importante perceber que não deixam de ser, no seu âmago, figuras de vinculação essenciais (Allen & Land, 1999). Independentemente das novas relações próximas que o adolescente crie, será sempre o modelo relacional que obteve da vinculação na infância a orientar esse processo. Como prova disso está o facto de que, apesar da grande aproximação ao grupo de pares, a maioria dos adolescentes continua a procurar os pais quando sente necessidade de conselhos ou de suporte emocional (Maccoby & Martin, 1983, citados por Laible, Carlo, & Raffaelli, 2000). Além disso, a investigação mostra que, ainda que a adolescência seja considerada pelos pais como uma fase em que existem mais conflitos com os filhos, essa preocupação não se estende aos adolescentes (Steinberg, 2001). Ou seja, os conflitos que se travam no dia-a-dia, parecem importunar mais os pais do que os adolescentes. Este facto é explicado pela forma como cada um encara a questão em causa – os pais tendem a avaliar uma situação tendo em conta os valores morais envolvidos, enquanto os adolescentes a avaliam como

sendo uma questão de escolha pessoal (Silversberg & Steinberg, 1990, citado por Steinberg, 2001). Nesse sentido, aquilo que os pais consideram ser uma prova da sua incapacidade de transmitir valores aos filhos e que, conseqüentemente, gera discussões e é visto como o motivo do afastamento do adolescente, é desvalorizado pelo adolescente, que continua a atribuir as mesmas qualidades à sua família (Steinberg, 2001). As palavras de Steinberg (2001, p.7) resumem bem esta ideia:

We now understand that early adolescence is an important period for this negotiation of autonomy-related changes in the parent-child relationship. Perhaps what is most surprising about research on families' transition into adolescence is that it looks as if negotiating this transition is not an especially difficult challenge or a significant source of stress for teenagers.

O que importa aqui salientar é, então, a importância de renegociar essa relação pais-filho. A aceitação, pelos pais, do seu novo estatuto de figuras de vinculação secundárias (que, ao mesmo tempo que devem incentivar a exploração e a autonomia, devem assegurar a sua sensibilidade e disponibilidade quando o adolescente necessitar de apoio) é um indicador da qualidade da comunicação familiar e, em última instância, do equilíbrio da vinculação. Isto porque, de acordo com Machado e Oliveira (2007, p. 100), “a conquista da autonomia e a manutenção de uma vinculação segura aos pais, durante a adolescência, são processos complementares e que funcionam na mesma direção”. Quer isto dizer que uma vinculação segura aos pais funciona como adjuvante do processo de autonomia do adolescente.

Nesta altura, o papel fundamental dos pais passa por garantir que se mantêm recursos disponíveis no caso dessa exploração da autonomia e da emancipação ser uma eventual fonte de dificuldade ou ansiedade (Jongenelen et al., 2007).

Tendo a informação anterior em conta, será importante determinar de que forma é que os adolescentes e os adultos organizam as relações de vinculação. À semelhança dos três tipos de organização comportamental postulados por Ainsworth (1978), também a investigação relativa a esta fase do ciclo de vida do sujeito levou à adoção de uma tipologia tripartida (Cunha, 2005). Importa ainda relembrar que a forma como o indivíduo organiza a sua vinculação reflete as expectativas que tem acerca da disponibilidade emocional das figuras significativas em momentos de *stress* (Cunha, 2005).

- a. *Vinculação segura/autónoma*: o adolescente percebe as suas figuras significativas como acessíveis, seguras e confiáveis. Considera-se merecedor da preocupação, dos cuidados e do afeto dos outros. Por norma, estabelecem relações íntimas e de confiança.
- b. *Vinculação insegura de tipo desligada/rejeitante*: em geral não consideram os outros como sendo dignos de confiança e tem tendência para negar a sua própria necessidade de vinculação. Esses fatores inibem o estabelecimento de relações íntimas e de confiança.



- c. *Vinculação insegura de tipo emaranhado/preocupado*: o adolescente tem dificuldade em se perspectivar a si próprio no sistema relacional, tendendo a depreciar-se a si mesmo e aos outros. “Este tipo de organização caracteriza-se pela confusão e falta de clareza na análise da história pessoal [e é expressa] pela irritação e pelo conflito com as figuras parentais” (Cunha, 2005, p.77).

## 2.2. O papel da vinculação aos pais e aos pares na adolescência

A vinculação é uma variável que, desde os primeiros trabalhos de Bowlby e de Ainsworth, tem sido largamente estudada e que, ainda hoje, continua a ser uma valiosa fonte de informação no que concerne aos processos envolvidos no desenvolvimento socio-emocional do sujeito. O seu estudo na fase desenvolvimental da adolescência torna-se ainda mais pertinente na medida em que essa é uma fase marcada pela modificação, não só do adolescente, mas também das relações vinculativas estabelecidas até então que, como já se viu, transitam gradualmente de uma centralização na família para o grupo de pares.

Num levantamento teórico realizado por Laible, Carlo e Raffaelli (2000), foram referidos vários estudos que apontam para que uma vinculação segura aos pais funcione como preditiva de maior autoestima, de maior satisfação com a vida, melhor adaptação à escola, menos *stress*, e mais suporte social percebido. Os mesmos autores encontraram ainda que ligações vinculativas fortes com os pares estão positivamente correlacionadas com o comportamento pró-social e com um baixo risco de problemas emocionais e comportamentais.

Mais se sabe que os adolescentes com vinculações mais seguras aos pais estão mais capacitados para desenvolver relações próximas e recíprocas com os pares, seja enquanto amigos ou enquanto pares românticos (Assunção & Matos, 2010; Engels, Finknauer, Meeus, & Deković, 2001; Gallego, Delgado, & Sánchez-Queija, 2011; Sánchez-Queija & Oliva, 2003) e que se adaptam melhor à transição para o ensino superior, mesmo quando essa transição implica um afastamento do contexto familiar (Machado, 2007). Laible, Carlo e Raffaelli (2000) verificaram ainda que os jovens com vinculações mais fortes, tanto aos pais como aos amigos, têm comportamentos mais adaptativos, exprimindo menos agressividade e menos sintomas depressivos relativamente aos adolescentes com fracas ligações vinculativas.

Estas conclusões estão de acordo com a restante bibliografia pois, como já foi visto, é a relação com os outros que fornece ao indivíduo modelos relacionais e comportamentais. Ora, se os padrões de relação vivenciados pela criança e pelo adolescente são desajustados, serão esses padrões a condicionar o seu desenvolvimento. Os adolescentes que entram nesta fase dotados de competências adquiridas com base em relações sólidas e adaptadas estarão, então, melhor preparados para enfrentar as tarefas desenvolvimentais deste período (Nobre Lima, 2009).

Além disso, importa salientar que figuras parentais e figuras de pares

são chamadas à atuação pelo adolescente em momentos diferentes. Se, por um lado, a relação com os pais tem um maior impacto na resolução de compromissos escolares, por outro, no que concerne aos compromissos pessoais, é o grupo de pares que se descobre mais relevante para o adolescente (Jongenelen et al., 2007).

### **3. Empatia e vinculação – uma relação**

Após a contextualização acerca das duas variáveis que se pretendem relacionar no estudo, é importante fazer algum levantamento de dados anteriores que possam, de alguma forma, auxiliar na previsão dos resultados que se alcançarão. Isto é, de que forma é que uma vinculação segura aos pais e aos pares (que, à partida, se desenvolverá a partir de relações coesas, pautadas pela aceitação e por uma comunicação construtiva) poderá ser preditiva do desenvolvimento de uma personalidade mais empática?

Existem já diversas pesquisas que demonstram a influência que a qualidade das relações de vinculação pode exercer na construção da identidade socio-emocional tanto da criança como do adolescente (Jongenelen et al., 2007), sendo que, relacionamentos pais-filho marcados por um estilo de comunicação aberta e de resolução de diferenças promovem o desenvolvimento de uma identidade coesa, em detrimento das relações com elevados índices de separação psicológica, que diligenciam processos de construção de identidade desintegrados.

Num estudo de Henry, Sager e Plunkett (1996), surgiram resultados de que, entre outras variáveis tais como o género e a autoestima, também a coesão familiar e o suporte parental estão positivamente correlacionados com atitudes mais empáticas por parte dos adolescentes, quer na dimensão afetiva, quer na dimensão cognitiva da empatia.

Ora, o estabelecimento de uma vinculação segura está intimamente ligado com as práticas educativas adotadas pelos pais, ou seja, será com base nessas práticas que o desenvolvimento da criança e do adolescente se estabelecerá, mais ou menos equilibrado.

A investigação de Motta, Falcone, Clark e Manhães (2006) retrata bem a existência desta relação. Nesse estudo, os autores compararam três grupos de crianças (constituídos por crianças provenientes de um Centro de Acolhimento Temporário, de um Lar de Acolhimento Prolongado e por crianças que residiam com as próprias famílias), pretendendo analisar a relação entre práticas educativas e níveis de empatia. Os resultados demonstraram que as crianças que viviam com as famílias se demonstravam mais empáticas, na medida em que mais facilmente identificavam as emoções de outros e compartilhavam a sua compreensão das emoções observadas. Dos três grupos analisados, o grupo cujas crianças residiam no Centro de Acolhimento Temporário foi o que se diferenciou mais significativamente pela negativa. Contudo, as crianças do Lar de Acolhimento Prolongado revelaram resultados bastante próximos dos das crianças que viviam no contexto familiar. Estes resultados deveram-se ao facto de o Lar de Acolhimento levar a cabo práticas que se pretendiam o

mais semelhantes possível à de uma família.

Nesse sentido, os educadores das crianças que se demonstraram mais empáticas foram descritos como sendo “mais calorosos, menos punitivos, mais interessados nas atividades das crianças e menos propensos a oferecer prêmios para estimular comportamentos adequados [...]. Quanto mais positivamente foram relatadas as práticas educativas, mais empáticas as crianças se revelaram” (Motta et al., 2006, p.530).

No mesmo sentido, existem dados que demonstram que crianças com vinculações mais seguras, tendem a revelar níveis mais elevados quer de comportamento pró-social, quer de regulação emocional e de empatia (Carlo, McGinley, Hayes, Batenhorst, & Wilkinson, 2007; Panfile & Laible, 2012). Sabe-se também que, em termos gerais, existe uma associação positiva entre o apoio parental percebido pelos adolescentes e a evolução das suas características empáticas, ainda que essa evolução difira conforme se avaliem as características cognitivas ou as afetivas da empatia (Miklikowska, Duriez, & Soenens, 2011).

A relevância das relações que o sujeito estabelece com os pais no desenvolvimento da empatia é evidente. Um ambiente familiar de suporte surge como antecedente do desenvolvimento da empatia, uma vez que permite à criança que identifique, experiencie e expresse um variado leque de emoções; além disso, providencia mais oportunidades para que esta observe e interaja com os outros, com os quais treinará a sua capacidade de responder empaticamente a estímulos verbais e comportamentais (Barnett, 1987).

No que concerne à relação com o grupo de pares, no entanto, a bibliografia não se revela tão abundante, especialmente se se delimitar a procura à fase da adolescência. Sabe-se, ainda assim, que os adolescentes que apresentam maiores níveis de empatia e de otimismo tendem a ser mais bem aceites pelo seu grupo de pares (Oberle, Schonert-Reichl, & Thomson, 2009) e que, quanto maiores forem as suas capacidades de compreensão interpessoal e de se colocarem no lugar do outro, maior será a tendência para serem socialmente aceites pelos sujeitos da mesma idade (Sprinthall & Collins, 1988). Estas são, contudo, conclusões que atestam que as características empáticas possuem um papel de relevo na aceitação do indivíduo pelos pares, mas que nada revelam acerca da relação inversa. Ou seja, de que forma é que a vinculação aos pares influencia as atitudes e os comportamentos empáticos?

Um estudo realizado com sujeitos no final da adolescência evidenciou que a empatia funciona como mediadora entre a vinculação aos pais e aos pares e um comportamento social adequado; ou seja, uma vinculação segura a estes dois grupos propicia as condições para a existência de um comportamento pró-social, uma vez que promove altos níveis, não só de empatia, mas também de consciência emocional e de expressividade positiva (Laible, 2007). Noutro estudo de Laible, Carlo e Roesch (2004), também realizado com adolescentes mais velhos, os resultados mostraram que, pelo menos nessa faixa etária, a relação entre a vinculação aos pares e a autoestima é totalmente mediada pela empatia e pelo comportamento pró-

social, o que indica, segundo os autores, uma associação entre a vinculação segura aos pares e altos níveis de empatia: “This latter finding was consistent with the notion that close, supportive relationships with peers likely provide adolescents with unique opportunities to develop perspective taking and empathy” (Laible, Carlo, & Roesch, 2004, p. 712).

Ainda que não seja fácil encontrar dados que retratem a influência direta da vinculação aos pares no desenvolvimento da empatia, ambas as investigações acima referidas permitem formular previsões acerca dos resultados a esperar do presente estudo.

## II - Objetivos

O tempo que, ao longo dos anos, tem sido despendido no estudo sobre o desenvolvimento da empatia, ganha importância e significado quando se têm em conta os dados do levantamento teórico e empírico realizado na primeira parte deste trabalho. Como foi visto, é clara a relevância desta competência no desenvolvimento do ser humano. Contudo, o conhecimento das condições que estão na base do seu desenvolvimento é um território empírico que ainda necessita de bastante exploração. Com esta investigação deseja-se, sobretudo, poder contribuir para um aumento do conhecimento nesta área.

Nesse sentido, este estudo pretende alcançar três objetivos: 1) Estudar a empatia numa amostra de adolescentes; 2) Estudar a sua vinculação aos pais e aos pares; e 3) Estudar a relação entre a empatia e a vinculação na adolescência, ou seja, perceber qual a associação que na adolescência ocorre entre a vinculação aos pais e aos pares e a empatia afetiva, cognitiva e total.

Atendendo às variáveis e à etapa desenvolvimental em estudo, a análise dos dados terá em conta a distinção entre vinculação aos pais e vinculação aos pares, por forma a compreender o papel de cada um dos grupos na relação entre a vinculação e a empatia no jovem adolescente.

Dado o carácter mais exploratório do terceiro objetivo, face à escassez de estudos sobre a relação entre as duas variáveis em estudo nesta investigação, optou-se por não se formularem hipóteses.

### III - Metodologia

#### 1. Amostra

A amostra utilizada neste estudo compreende um total de 344 adolescentes com idades entre os 12 e os 15 anos, de ambos os sexos. Os sujeitos são provenientes do 3º ciclo do ensino básico de quatro escolas dos distritos de Leiria e de Coimbra. No Quadro 1 é apresentada a distribuição geral dos sujeitos.

**Quadro 1. Características gerais da amostra em função do sexo, idade e ano de escolaridade**

	n=344	
	n	%
<b>Sexo</b>		
Masculino	165	48
Feminino	179	52
<b>Idade</b>		
12	77	22.4
13	109	31.7
14	114	33.1
15	44	12.8
<b>Escolaridade</b>		
7º	154	44.8
8º	98	28.5
9º	92	26.7

No que concerne à variável sexo, pode observar-se que a amostra é relativamente equilibrada, existindo uma diferença de apenas 14 sujeitos do sexo feminino (n=179) para o sexo masculino (n=165).

A idade média dos elementos da amostra é de 13.36 anos (DP=0.69), sendo que a maioria dos participantes se encontra na faixa etária dos 13-14 anos (31.7% e 33.1%, respetivamente),

Relativamente ao ano de escolaridade, grande parte dos adolescentes (44.8%) frequentam o 7º ano.

#### 2. Instrumentos

Neste estudo foram utilizados dois instrumentos que permitiram avaliar o nível de empatia cognitiva e afetiva e o nível de vinculação à mãe, ao pai e aos pares.

##### 2.1. Escala de Empatia Básica – BES

A Escala de Empatia Básica (Jolliffe & Farrington, 2006; versão portuguesa: Nobre Lima, Rijo, & Matias, 2012) tem como objetivo geral avaliar o nível de empatia dos adolescentes. É constituída por 20 itens que se encontram subdivididos em dois fatores – empatia cognitiva (9 itens) e empatia afetiva (11 itens). A resposta a cada um dos itens deve ser dada com recurso a uma escala de Likert de cinco pontos, que varia entre o *discordo*

*totalmente* e o *concordo totalmente*, e de acordo com o grau de concordância do sujeito em relação à situação apresentada. Dada a sua subdivisão, a escala permite não só calcular o nível total de empatia, como também os níveis de empatia cognitiva e afetiva, assumindo-se que, quanto maior for o valor obtido, maior será o grau de empatia (Matias, 2012).

A versão portuguesa da BES apresenta bons índices de consistência interna (Matias, 2012), com coeficientes de alfa de 0.80 para o total da escala, de 0.71 para o fator empatia afetiva e de 0.80 para o fator empatia cognitiva. Na amostra relativa a este trabalho, as consistências internas obtidas são de 0.82 para a escala completa e de 0.76 para ambos os fatores (empatia cognitiva e afetiva).

## 2.2. Inventário da Vinculação na Adolescência – IPPA

O Inventário da Vinculação na Adolescência – IPPA (Neves, 1995) é resultado da adaptação portuguesa do *Inventory of Parent and Peer Attachment* (Armsden & Greenberg, 1987) e tem como objetivo avaliar a qualidade da vinculação do adolescente à mãe, ao pai e aos amigos, com base no quadro teórico de Bowlby. As respostas são dadas através de uma escala de Likert de cinco pontos, variável entre *nunca ou quase nunca* e *sempre ou quase sempre*.

O IPPA engloba um total de 75 itens, equitativamente divididos por três escalas: vinculação à mãe, vinculação ao pai e vinculação aos pares. Cada uma dessas escalas é composta por três fatores: Confiança (que engloba itens respeitantes à compreensão, respeito e confiança mútuos); Comunicação (referente à extensão e qualidade da comunicação verbal); e Alienação (referente a sentimentos de alienação e isolamento).

A cotação das escalas é feita de forma independente, sendo que se o resultado médio de cada uma das escalas for superior à mediana, o indivíduo é considerado como tendo uma vinculação segura em relação à figura em causa. Uma vinculação insegura está relacionada com valores inferiores ao valor da mediana. Atendendo à extensão de resultados que se podem obter, podem definir-se seis grupos em função da segurança de vinculação: 1) Concordantes Seguras (CS) – vinculação segura a ambos os pais; 2) Concordantes Inseguras (CI) – vinculação insegura a ambos os pais; 3) Discordantes-Mãe (DM) – segura apenas em relação à mãe; 4) Discordantes-Pai (DP) – relação segura apenas com o pai; 5) Vinculação segura aos amigos (SA); 6) Vinculação insegura aos amigos (IA).

Em relação às correlações entre as escalas, apenas se encontrou uma correlação significativa entre a escala Mãe e a escala Pai, sendo que nenhuma delas apresentou correlações significantes com a escala Amigos (Neves, Soares, & Silva, 1999). Este padrão de correlações foi semelhante para ambos os sexos.

À semelhança da versão original, a adaptação portuguesa do IPPA apresenta bons índices de consistência interna, com coeficientes alfa elevados: 0.92, 0.95 e 0.93, para as escalas Mãe, Pai e Amigos, respetivamente (Neves, Soares, & Silva, 1999). Na amostra utilizada neste estudo, os coeficientes alfa também se revelaram bastante satisfatórios: 0.93

para a escala Mãe e 0.94 para as escalas Pai e Amigos.

### 3. Procedimentos

#### 3.1. Recolha da amostra

Para a realização desta investigação foi necessário, numa fase inicial, contatar a Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) no sentido de ser concedida a autorização necessária à recolha da amostra nas escolas. Recebida a permissão por parte da entidade, passou-se à fase seguinte, de contato dos conselhos executivos. Após a obtenção do consentimento, foram agendadas as datas de entrega dos consentimentos informados e de aplicação do protocolo de instrumentos, que tiveram em conta a disponibilidade quer das turmas de 3º ciclo, quer dos professores que se prestaram a ceder as suas aulas para o efeito.

Participaram no estudo todos os alunos autorizados através do consentimento informado assinado pelos encarregados de educação.

A aplicação foi feita de forma coletiva, tendo sido entregue a cada um dos alunos o protocolo com o IPPA, a BES e uma folha de rosto com um pequeno questionário sociodemográfico que permitiu, posteriormente, controlar a amostra relativamente à idade, sexo e ano de escolaridade dos seus elementos. Após a aplicação, foram eliminados da amostra todos os questionários que não se encontravam viáveis para ser utilizados – ou por se encontrarem apenas parcialmente respondidos ou por a idade do respondente não se encontrar dentro do limite pretendido (entre os 12 e os 15 anos). Assim, dos 370 questionários preenchidos, foram validados para este estudo 344.

#### 3.2. Análise estatística de dados

Uma vez encontrada a amostra final, todos os questionários foram aleatoriamente numerados com um número de identificação e procedeu-se à inserção de todos os dados no programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20.0, para que fossem posteriormente analisados.

Inseridos os dados, a sua análise foi realizada com recurso a diversos procedimentos estatísticos, nomeadamente:

- a. Estatísticas descritivas de tendência central e dispersão;
- b. Cálculo do coeficiente de *Pearson* para o estudo das correlações;
- c. Cálculo do coeficiente alfa de *Cronbach* para o estudo das consistências internas;
- d. Teste *t* de amostras emparelhadas para comparação de médias entre grupos;
- e. Teste multivariado – MANOVA – para análise de diferenças ao nível das VD's em função das VI's;
- f. Teste do qui-quadrado para comparação das proporções entre grupos.
- g. Análise da Regressão Linear para o estudo de predição.



## IV – Resultados

Neste ponto serão apresentados os resultados do estudo empírico realizado de acordo com a seguinte estrutura: 1) Análise da empatia; 2) Análise da vinculação aos pais e aos pares; 3) Relações entre a empatia e a vinculação.

### 1. Análise da empatia

#### 1.1. Empatia na amostra total

A utilização da BES permitiu obter valores relativos ao nível de empatia dos adolescentes, quer na sua totalidade, quer em cada um dos fatores: empatia afetiva e empatia cognitiva. Encontram-se no Quadro 2 os resultados médios e os desvios-padrão obtidos, pela amostra total, em cada uma das dimensões.

É possível verificar que, na globalidade, o nível de empatia afetiva e cognitiva se encontra bastante próximo. Ainda que o valor do fator Cognitivo ( $M=38.19$ ;  $DP=5.37$ ) seja superior ao do fator Afetivo ( $M=37.79$ ;  $DP=7.52$ ), essa diferença não é estatisticamente significativa [ $t(343)=-1.06$ ,  $p=.29$ ]. Quer isso dizer que, para a amostra total, os sujeitos apresentam um semelhante nível de empatia afetiva e cognitiva.

**Quadro 2. Médias e desvios-padrão da amostra total na escala BES e respetivos fatores.**

	n=344	
	M	DP
<b>BES</b>		
Afetivo	37.79	7.52
Cognitivo	38.19	5.37
Total	75.99	11.12

No sentido de verificar se os valores obtidos na BES são influenciados pelo sexo e pela idade dos adolescentes, foram analisadas as médias e a significância das suas diferenças em função dessas características sociodemográficas. Os resultados podem ser observados nos Quadros 3 e 4.

#### 1.2. Empatia em função do sexo

O Quadro 3 demonstra que as raparigas pontuam mais alto do que os rapazes, quer na totalidade da BES, quer nos seus fatores. Para testar se essas diferenças são estatisticamente significativas, procedeu-se à realização de uma MANOVA, tomando como variável independente o sexo dos adolescentes e como variáveis dependentes a empatia total e os seus dois fatores. O resultado do teste multivariado aponta para um  $\lambda=0.865$ ,  $f(2,341)=28.94$ ,  $p<.001$ . Nesse sentido, pode dizer-se que as raparigas tendem a relatar níveis mais altos de empatia do que os rapazes. Esse resultado é extensível a ambos os fatores, uma vez que os testes univariados

mostraram diferenças significativas quer ao nível da BES Cognitiva [ $f(1,342)=28.42, p<.001$ ], quer da BES afetiva [ $f(1,342)=51.38, p<.001$ ].

**Quadro 3. Médias, desvios-padrão da BES em função do sexo.**

	Masculino (n=165)		Feminino (n=179)	
	M	DP	M	DP
<b>BES</b>				
<b>Afetivo</b>	34.97	7.64	40.40	6.39
<b>Cognitivo</b>	36.64	5.79	39.61	4.51
<b>Total</b>	71.61	11.40	80.01	9.18

### 1.2.1. Análise da empatia nos rapazes

Para perceber se existiam diferenças significativas entre os fatores da empatia considerando apenas os adolescentes do sexo masculino, procedeu-se à realização do teste t para amostras emparelhadas. Obteve-se, na comparação da empatia afetiva com a empatia cognitiva, um  $t(164)=-2.92, p=.004$ , o que indica que os rapazes apresentam uma maior empatia cognitiva ( $M=36.64; DP=5.79$ ) do que afetiva ( $M=34.97; DP=7.64$ ).

### 1.2.2. Análise da empatia nas raparigas

Utilizou-se o mesmo procedimento para averiguar as diferenças entre a empatia afetiva e cognitiva nas raparigas, tendo sido obtido um  $t(177)=1.705, p=.090$ . Esse resultado permite afirmar que, nas raparigas, não existem diferenças estatisticamente significativas entre o grau de empatia afetiva e o grau de empatia cognitiva.

### 1.3. Análise da empatia em função da idade

Por forma a comparar os resultados dos adolescentes em função das idades, foram criados dois grupos – o Grupo 1, constituído por sujeitos de 12-13 anos, e o Grupo 2, com sujeitos de 14-15 anos – o que permitiu observar diferenças entre adolescentes na fase mais inicial da adolescência e adolescentes um pouco mais velhos.

No que diz respeito à comparação das médias entre grupos etários (Quadro 4), o cálculo do teste multivariado não detetou diferenças estatisticamente significativas:  $\lambda=0.984, f(2, 341)=2.85, p=.059$ . De acordo com este resultado, pode dizer-se que não se verificam alterações no grau de empatia consoante o grupo etário em que os adolescentes se encontram.

**Quadro 4. Médias e desvios-padrão da BES em função da idade.**

	Grupo 1: 12-13 (n=186)		Grupo 2: 14-15 (n=158)	
	M	DP	M	DP
<b>BES</b>				
<b>Afetivo</b>	38.58	7.62	36.87	7.32
<b>Cognitivo</b>	38.72	5.28	37.57	5.43

<b>Total</b>	77.29	11.01	74.44	11.08
--------------	-------	-------	-------	-------

### 1.3.1. Análise da empatia no Grupo 12-13 anos

Com cálculo do teste t para amostras emparelhadas obteve-se, na comparação entre a empatia afetiva e a cognitiva, um  $t(185)=-0.26$ ,  $p=.79$ , o que indica que os adolescentes mais novos não apresentam diferenças significativas nos níveis de empatia afetiva e cognitiva.

### 1.3.2. Análise da empatia no Grupo 14-15 anos

Com a mesma análise utilizada no ponto anterior, obteve-se, para o grupo de adolescentes mais velhos, um  $t(157)=-1.33$ ,  $p=.18$ , o que significa que neste grupo continuam a não existir diferenças significativas entre os níveis de empatia afetiva e cognitiva.

## 2. Análise da vinculação aos pais e aos pares

### 2.1. Vinculação aos pais e aos pares na amostra total

A utilização do IPPA permitiu avaliar a percepção de vinculação dos adolescentes em relação a três figuras específicas: a mãe, o pai e os amigos. No Quadro 5 são apresentados os resultados das médias e desvios-padrão obtidos pelo total da amostra, tendo em conta os valores das escalas completas e também dos seus fatores. Uma vez que a distinção entre a vinculação segura ou insegura dos adolescentes é realizada atendendo ao valor da mediana, esse valor é também apresentado para a totalidade de cada uma das três escalas.

**Quadro 5. Médias, desvios-padrão e medianas da vinculação à mãe, ao pai e aos amigos e dos seus fatores.**

	N=344		
	M	DP	Mediana
<b>IPPA Mãe</b>			
Confiança	40.74	6.94	---
Comunicação	32.22	7.65	---
Alienação	12.39	5.01	---
Total	96.58	17.45	99
<b>IPPA Pai</b>			
Confiança	39,11	8,67	---
Comunicação	29,59	8.51	---
Alienação	12.79	5.14	---
Total	91.92	20.09	95
<b>IPPA Amigos</b>			
Confiança	40.92	7.92	---

Comunicação	30.37	6.79	---
Alienação	13.66	4.39	---
Total	99.63	17.35	103

A comparação das médias apresentadas no Quadro 5, através do teste t para amostras emparelhadas, permitiu observar que no fator Confiança, não se registam diferenças entre a confiança na mãe e nos amigos, mas que ambas apresentam diferenças significativas quando comparadas com a confiança no pai [ $t(343)=3.54$ ,  $p<.001$  e  $t(343)=-3.27$ ,  $p<.001$ , respetivamente], significando isso que os adolescentes consideram que podem confiar mais na mãe e nos amigos do que no pai. No que respeita ao fator Comunicação, constata-se que os jovens percebem uma maior comunicação com a mãe do que com o pai [ $t(343)=4.70$ ,  $p<.001$ ] e com os amigos [ $t(343)=-2.81$ ,  $p=.005$ ]. Para o fator Alienação verificou-se que os adolescentes são mais alienados em relação aos amigos do que à mãe [ $t(343)=-4.49$ ,  $p<.001$ ] e do que ao pai [ $t(343)=-2.88$ ,  $p=.004$ ].

Por fim, verificou-se se as diferenças encontradas na totalidade das escalas possuíam significado estatístico, tendo-se encontrado diferenças significativas relativamente a todos os grupos: na comparação da vinculação ao Pai e à Mãe [ $t(343)=4.70$ ,  $p<.001$ ], na comparação da Mãe com os Amigos [ $t(343)=-2.81$ ,  $p=.005$ ], e na comparação do Pai com os Amigos [ $t(343)=-6.19$ ,  $p<.001$ ]. Assim, pode assumir-se que, para a amostra respeitante a este estudo, os adolescentes têm uma percepção de maior vinculação aos amigos, seguidos da mãe e, por fim, do pai.

## 2.2. Vinculação aos pais e aos pares em função do sexo

Procurou-se perceber se os resultados ao nível da vinculação variam tendo em consideração o sexo dos adolescentes. Nesse sentido, os resultados que constam do Quadro 6, foram comparados, com recurso à realização de MANOVAS.

**Quadro 6. Médias e desvios-padrão da vinculação à Mãe, Pai e Amigos em função do sexo dos adolescentes.**

	Masculino (n=165)		Feminino (n=179)	
	M	DP	M	DP
<b>IPPA Mãe</b>				
Confiança	41.24	6.66	40.29	7.17
Comunicação	32.78	7.36	31.71	7.89
Alienação	11.49	4.49	13.21	5.33
Total	98.52	16.03	94.79	18.52
<b>IPPA Pai</b>				
Confiança	40.59	7.58	37.77	9.39
Comunicação	31.85	7.94	27.49	8.49
Alienação	11.74	4.88	13.76	5.19
Total	96.70	17.79	87.50	21.09

**IPPA Amigos**

Confiança	40.14	7.55	41.63	8.21
Comunicação	28.90	6.81	31.73	6.52
Alienação	14.04	4.27	13.32	4.48
Total	97.01	16.75	102.04	17.58

Os resultados dos testes multivariados indicaram a existência de diferenças estatisticamente significativas em todas as escalas: Mãe:  $\lambda=0.98$ ,  $f(2,341)=3.89$ ,  $p=.009$ ; Pai:  $\lambda=0.93$ ,  $f(2,341)=8.84$ ,  $p<.001$ ; Amigos:  $\lambda=0.93$ ,  $f(2,341)=8.55$ ,  $p<.001$ .

Sendo assim, os testes univariados (cujos resultados estão a seguir redigidos) permitiram perceber as diferenças que a variável sexo tem em cada uma das escalas do IPPA e dos seus fatores. No que diz respeito à vinculação à mãe, as raparigas destacam-se de forma significativa no fator Alienação [ $f(1,342)=10.32$ ,  $p=.001$ ], revelando-se mais alienadas em relação à mãe do que os rapazes. Registam-se ainda diferenças significativas nos resultados da escala completa [ $f(1,342)=3.97$ ,  $p=.047$ ], pelo que se pode dizer que, nesta amostra, os rapazes percecionam uma maior vinculação à mãe do que as raparigas.

Em relação à vinculação ao pai, os rapazes obtiveram resultados mais elevados, e também estatisticamente significativos, quer na escala completa [ $f(1,342)=18.95$ ,  $p<.001$ ], quer nos fatores Confiança [ $f(1,342)=9.31$ ,  $p=.002$ ] e Comunicação [ $f(1,342)=24.04$ ,  $p<.001$ ]. Sendo assim, pode dizer-se que os rapazes desta amostra percecionam uma maior vinculação ao pai do que as raparigas, assim como também percecionam mais confiança e melhor comunicação. No fator Alienação são as raparigas que se revelam mais alienadas em relação ao pai [ $f(1,342)=13.78$ ,  $p<.001$ ].

Atentando na vinculação aos amigos, são as raparigas que se destacam significativamente na totalidade da escala [ $f(1,342)=7.36$ ,  $p=.007$ ] e no fator Comunicação [ $f(1,342)=15.43$ ,  $p<.001$ ], indicando que percecionam tanto uma maior vinculação aos amigos, como uma melhor qualidade da comunicação com esse grupo, comparativamente aos adolescentes do sexo masculino.

### **2.2.1. Vinculação aos pais e aos pares nos rapazes**

O cálculo do teste t para amostras emparelhadas, permitiu analisar as diferenças nas médias obtidas pelos rapazes (Quadro 6) nas escalas totais e nos fatores do IPPA. Assim, no fator Confiança não se verificam diferenças entre nenhuma das escalas, pelo que os rapazes percecionam uma igual confiança na mãe, no pai e nos amigos. No fator Comunicação, verificou-se que os adolescentes do sexo masculino percecionam uma menor comunicação com os amigos do que com a mãe [ $t(164)=6.31$ ,  $p<.001$ ] e com o pai [ $t(164)=4.49$ ,  $p<.001$ ], sendo que entre os pais, não foram encontradas diferenças a esse nível [ $t(164)=1.64$ ,  $p=.100$ ]. Relativamente ao fator Alienação, comparativamente com a mãe [ $t(164)=-7.11$ ,  $p<.001$ ] e com o pai [ $t(164)=-5.48$ ,  $p<.001$ ], os rapazes mostram-se significativamente mais

alienados em relação aos amigos. Por último, para as escalas totais, não se observaram diferenças significativas, podendo então afirmar-se que os rapazes percecionam o mesmo grau de vinculação à mãe, ao pai e aos amigos.

### 2.2.2. Vinculação aos pais e aos pares nas raparigas

Foram realizadas as mesmas análises para os adolescentes do sexo feminino. No fator Confiança verificaram-se diferenças significativas em todas as comparações: entre a mãe e o pai [ $t(178)=3.92$ ,  $p<.001$ ], entre a mãe e os amigos [ $t(178)=-2.01$ ,  $p=.045$ ] e entre o pai e os amigos [ $t(178)=-4.79$ ,  $p<.001$ ], podendo afirmar-se que as raparigas confiam mais no grupo de pares, depois na mãe e, por fim, no pai. No fator comunicação registaram-se diferenças entre a mãe e o pai [ $t(178)=7.47$ ,  $p<.001$ ] e entre o pai e os amigos [ $t(178)=-6.11$ ,  $p<.001$ ], significando isso que as adolescentes percecionam uma menor comunicação com o pai, mas que comunicam tanto com a mãe como com os amigos [ $t(178)=-0.03$ ,  $p=.98$ ]. Ao nível do fator Alienação não se encontraram diferenças entre a alienação à mãe, ao pai e aos amigos. Para as escalas completas, verificaram-se diferenças com  $p<.001$  entre todos os grupos, o que significa que as raparigas percecionam um maior grau de vinculação aos amigos, depois à mãe e, por fim, ao pai, com que percecionam menos vínculo.

### 2.3. Vinculação aos pais e aos pares em função da idade

A distribuição dos resultados da vinculação tendo em conta a faixa etária dos adolescentes é visível no Quadro 7. A execução de MANOVAS para cada uma das escalas permitiu verificar se existem diferenças entre os grupos.

**Quadro 7. Médias e desvios-padrão da vinculação à Mãe, ao Pai e aos Amigos em função da idade.**

	Grupo 1: 12-13 anos (n=186)		Grupo 2: 14-15 anos (n=158)	
	M	DP	M	DP
<b>IPPA Mãe</b>				
Confiança	41.29	6.80	40.10	7.06
Comunicação	32.98	7.36	31.34	7.91
Alienação	12.08	5.06	12.75	4.96
Total	98.19	16.75	94.69	18.10
<b>IPPA Pai</b>				
Confiança	40.51	7.98	37.48	9.17
Comunicação	30.85	8.30	28.09	8.52
Alienação	12.43	5.17	13.22	5.08
Total	94.94	19.29	88.36	20.49
<b>IPPA Amigos</b>				
Confiança	41.18	7.73	40.60	8.16
Comunicação	30.61	6.72	30.09	6.89

Alienação	13.54	4.16	13,81	4.65
Total	100.25	16.90	98.89	17.88

Na escala Mãe, o resultado do teste multivariado apontou para um  $\lambda=0.99$ ,  $f(2,341)=1.33$ ,  $p=.27$ . Sendo assim, não existem, relativamente à mãe, diferenças significativas entre os grupos etários o que significa que os adolescentes mais novos percebem tanta vinculação, confiança, comunicação e alienação à mãe como os adolescentes mais velhos.

Na escala do Pai, o teste multivariado indicou a presença de diferenças estatísticas [ $\lambda=0.963$ ,  $f(2,341)=4.34$ ,  $p=.005$ ]. Nesse sentido analisaram-se os resultados dos testes univariados, para compreender as diferenças que o grupo etário tem em cada um dos fatores do IPPA Pai. Essa análise apontou para diferenças ao nível do fator Comunicação [ $f(1,342)=9.21$ ,  $p=.0039$ ], do fator Confiança [ $f(1,342)=10.72$ ,  $p=.001$ ] e da escala completa [ $f(1,342)=9.38$ ,  $p=.002$ ], o que significa que o grupo de adolescentes mais novos (12-13 anos) percebe mais comunicação, mais confiança e mais vinculação ao pai do que os mais velhos (14-15 anos).

Relativamente à escala Amigos, não se encontraram quaisquer diferenças estatisticamente significativas:  $\lambda=0.99$ ,  $f(2,341)=0.19$ ,  $p=.91$ .

### 2.3.1. Vinculação aos pais e aos pares no Grupo 12-13 anos

As diferenças entre as médias dos adolescentes mais novos foram avaliadas a partir da realização do teste t para amostras emparelhadas.

No fator Confiança não se evidenciaram diferenças estatísticas, significando isso que os adolescentes mais novos percebem o mesmo grau de confiança nos pais e nos amigos. No fator Comunicação foram encontradas diferenças significativas nas comparações entre a mãe e o pai [ $t(185)=3.97$ ,  $p<.001$ ] e entre a mãe e os amigos [ $t(185)=3.75$ ,  $p<.001$ ], o que indica que este grupo percebe uma maior comunicação com a mãe do que com o pai e os amigos. Para o fator Alienação, uma vez que se constataram diferenças significativas nas comparações mãe-amigos [ $t(185)=-3.61$ ,  $p<.001$ ] e pai-amigos [ $t(185)=-2.71$ ,  $p=.007$ ], pode afirmar-se que os adolescentes do grupo 12-13 anos se sentem mais alienados em relação aos amigos do que a ambos os pais. Na escala total encontraram-se diferenças significativas nas comparações mãe-amigos [ $t(185)=2.57$ ,  $p=.011$ ] e pai-amigos [ $t(185)=-3.20$ ,  $p=.002$ ]. Olhando para as médias no Quadro 7, estes resultados indicam que estes adolescentes percebem uma maior vinculação aos amigos do que a ambos os pais.

### 2.3.2. Vinculação aos pais e aos pares no Grupo 14-15 anos

A análise anterior foi realizada também para o grupo de adolescentes mais velhos. No fator Confiança encontraram-se diferenças significativas entre a mãe e o pai [ $t(157)=3.88$ ,  $p<.001$ ] e entre o pai e os amigos [ $t(157)=-3.66$ ,  $p<.001$ ], o que indica que os adolescentes deste grupo sentem que podem confiar mais na mãe e nos amigos do que no pai. Também no fator Comunicação foram encontradas diferenças nas comparações mãe-pai [ $t(157)=5.1$ ,  $p<.001$ ] e pai-amigos [ $t(157)=-2.74$ ,  $p=.007$ ], significando que

os jovens percebem uma maior comunicação com a mãe e com os amigos do que com o pai. Para o fator Alienação é a comparação mãe-amigos a que evidencia um resultado com significado estatístico, o que quer dizer que os adolescentes mais velhos se sentem mais alienados em relação aos amigos do que à mãe. O facto de não se terem verificado diferenças significativas nas outras comparações indica que o nível de alienação é semelhante para a relação pai-mãe e para a relação pai-amigos. Por último, constataram-se diferenças significativas em todas as comparações para a escala total: mãe-pai [ $t(157)=4.06$ ,  $p<.001$ ], mãe-amigos [ $t(157)=-2.69$ ,  $p=.008$ ] e pai-amigos [ $t(157)=-5.67$ ,  $p<.001$ ]. Pode então dizer-se que, no grupo 14-15 anos, os jovens percebem uma maior vinculação aos pais, depois à mãe, e por último aos amigos.

#### 2.4. Segurança e insegurança da vinculação

De acordo com Neves, Soares e Silva (1999), os sujeitos cujos resultados se situam acima da mediana da amostra total da escala são classificados como tendo uma vinculação segura. De forma inversa, os sujeitos cujos resultados se situam abaixo da mediana, são assumidos como tendo vinculação insegura em relação à figura em análise. Atendendo a essas diretrizes e ao valor da mediana para a amostra total de cada uma das escalas (ver Quadro 5), foi possível classificar os adolescentes da amostra como tendo uma vinculação segura ou insegura à mãe, ao pai e aos amigos. Essa classificação consta do Quadro 8. Os sujeitos cujos resultados coincidiram com a mediana não foram classificados.

**Quadro 8. Classificação dos sujeitos de acordo com a segurança e insegurança da vinculação à Mãe, Pai e Amigos e resultados do  $X^2$ .**

	Vinculação Segura		Vinculação Insegura		Sujeitos não classificados		Teste Qui-Quadrado	
	n	%	n	%	n	%	$X^2$	p
<b>IPPA</b>								
Mãe	169	49.1	161	46.8	14	4.1	.194	.660
Pai	171	49.7	168	48.8	5	1.5	.027	.871
Amigos	167	48.5	165	48.0	12	3.5	.012	.913

Os dados demonstram que os sujeitos se distribuem com alguma uniformidade pelos dois grupos – Vinculação Segura e Insegura. Ainda que, em todas as escalas, exista um maior número de sujeitos seguros do que inseguros, o cálculo do teste Qui-Quadrado, permitiu constatar que as diferenças entre o número de vinculações seguras e inseguras não são significativas para nenhuma das três escalas, o que leva a que se possa dizer que, nesta amostra, metade dos sujeitos percebem uma vinculação segura e a outra metade percebe uma vinculação insegura.



## 2.5. Correlações entre as escalas do IPPA

Foram encontradas correlações estatisticamente significativas<sup>3</sup> em todas as relações analisadas, inclusive em função do sexo e da idade. Os resultados do coeficiente de correlação de Pearson podem ser consultados no Quadro 9.

Para a totalidade da amostra, foram encontradas correlações significantes entre todas as escalas, sendo que as escalas Mãe-Pai são as que apresentam uma correlação maior ( $r=0.527$ ). Ambas as escalas dos pais se correlacionam com a escala Amigos ( $r=0.330$  para a relação Mãe-Amigos;  $r=0.246$  para a relação Pai-Amigos) que, apesar de apresentarem valores mais baixos, possuem significado estatístico ( $p<.001$ ), o que não acontecia na amostra utilizada na adaptação portuguesa do IPPA. Na análise em função do sexo e da idade o padrão de correlações mantém-se semelhante à amostra total, sendo a relação Mãe-Pai a que obtém valores mais elevados, seguida da relação Mãe-Amigos e, por último, da relação Pai-Amigos.

**Quadro 9. Coeficientes de correlação r de Pearson das escalas do IPPA para a amostra total e em função do sexo e da idade.**

	Sexo		Grupo de Idade		Total
	Masculino	Feminino	12-13	14-15	
	r de Pearson				
<b>IPPA Mãe – IPPA Pai</b>	0.477**	0.548**	0.549**	0.491**	0.527**
<b>IPPA Mãe – IPPA Amigos</b>	0.333**	0.367**	0.256**	0.402**	0.330**
<b>IPPA Pai - IPPA Amigos</b>	0.289**	0.291**	0.221**	0.265**	0.246**

Legenda: \*\* -  $p<.001$

## 3. Relações entre a empatia e a vinculação

O cálculo do coeficiente de correlação de Pearson permitiu averiguar a existência de associações entre as vinculações aos pais e aos amigos (e os seus fatores) e a empatia afetiva, cognitiva e total. Além das correlações para a totalidade da amostra (Quadro 10), são também apresentadas as correlações em função do sexo (Quadro 11) e do grupo etário (Quadro 12).

### 3.1. Empatia e vinculação na amostra total

No que diz respeito ao total da amostra, os dados revelam que é a vinculação aos amigos que mais se correlaciona com a empatia total ( $r=.436$ ), com a empatia afetiva ( $r=.296$ ) e com a empatia cognitiva ( $r=.488$ ), sendo esta última a correlação mais elevada. Isso significa que quanto maior

<sup>3</sup> A interpretação dos valores das correlações obtidas foi feita com base na classificação de Cohen (2008), com valor de 0 a indicar correlações nulas, valores entre 0.01 e 0.09 a indicar correlações muito fracas, valores entre 0.10 e 0.29 a indicar correlações fracas, valores entre 0.30 e 0.49 a indicar correlações moderadas, valores entre 0.50 e 0.89 a indicar correlações fortes, valores entre 0.90 e 0.99 a indicar correlações muito fortes e valores iguais a 1.00 a indicar correlações perfeitas.

for a vinculação aos pais e aos amigos, maior será também o grau de empatia dos adolescentes. Além disso, percebe-se que todos os fatores do IPPA Amigos apresentam correlações moderadas com a empatia cognitiva e total, sendo que as correlações com a empatia afetiva, apesar de significativas, são menos expressivas.

A vinculação ao pai parece não estar associada ao nível de empatia, não existindo, para a totalidade da amostra, qualquer correlação significativa, nem com as escalas totais, nem com os fatores.

Relativamente à vinculação à mãe, ainda que a escala total e o fator Comunicação apresentem correlações significativas com a empatia cognitiva e com a empatia total (o fator Comunicação correlaciona-se ainda com a empatia afetiva), essas correlações têm um valor pouco expressivo.

**Quadro 2. Correlações entre o IPPA e o BES para a amostra total.**

n=344	BES		
	Afetivo	Cognitivo	Total
<b>IPPA Mãe</b>			
Confiança	0.058	0.100	0.087
Comunicação	0.163*	0.163**	0.189**
Alienação	0.926	0.184	0.482
Total	0.096	0.132*	0.128*
<b>IPPA Pai</b>			
Confiança	-0.37	0.119	0.032
Comunicação	0.008	0.51	0.30
Alienação	0.091	0.009	0.066
Total	-0.036	0.071	0.010
<b>IPPA Amigos</b>			
Confiança	0.236**	0.437**	0.371**
Comunicação	0.358**	0.476**	0.472**
Alienação	-0.191**	-0.402**	-0.324**
Total	0.296**	0.488**	0.436**

Legenda: \* -  $p < .005$ ; \*\* -  $p < .001$

### 3.1.1. Empatia e vinculação em função do sexo

**Quadro 11. Correlações entre o BES e o IPPA em função do sexo**

Sexo	BES					
	Masculino (n=165)			Feminino (n=179)		
	Afetivo	Cognitivo	Total	Afetivo	Cognitivo	Total
<b>IPPA Mãe</b>						
Confiança	0.072	0.086	0.092	0.106	0.169*	0.157*
Comunicação	0.220**	0.222**	0.260**	0.187*	0.161*	0.209**
Alienação	-0.151	-0.278**	-0.242**	-0.003	0.020	0.008

Total	0.173*	0.215**	0.226**	0.121	0.128	0.148*
<b>IPPA Pai</b>						
Confiança	0.035	0.150	0.100	0.015	0.203*	0.110
Comunicação	0.163*	0.158*	0.190*	0.061	0.105	0.094
Alienação	-0.104	-0.156*	-0.149	0.152*	0.70	0.140
Total	0.116	0.178*	0.168*	-0.006	0.116	0.052
<b>IPPA Amigos</b>						
Confiança	0.273**	0.438**	0.406**	0.165*	0.434**	0.328**
Comunicação	0.357**	0.412**	0.449**	0.257**	0.491**	0.420**
Alienação	-0.296**	-0.536**	-0.471**	-0.048	-0.248**	-0.155*
Total	0.344**	0.501**	0.485**	0.185*	0.448**	0.349**

**Legenda:** \* -  $p < .005$ ; \*\* -  $p < .001$

As correlações entre a empatia e a vinculação tendo em conta a variável sexo, exibidas no quadro 11, revelam algumas associações que não foram observadas na totalidade da amostra.

Para o sexo masculino, de modo geral, verifica-se que os fatores Comunicação e Alienação das escalas dos pais se correlacionam significativamente com as várias dimensões da BES. No entanto, essas correlações são muito baixas, o que significa que a associação entre estas duas variáveis é baixa. De facto, é na escala Amigos que se verificam correlações mais claras, com valores moderados a fortes (valores fracos apenas nos fatores Confiança e Alienação relativamente à empatia afetiva). Significa isso que, quanto maiores forem os resultados nos fatores Confiança e Comunicação e na escala total e menores forem os resultados no fator Alienação, maiores serão os resultados da empatia, em particular da empatia cognitiva, que é a que apresenta correlações mais elevadas.

Nas raparigas, o total da escala Mãe e os seus fatores Confiança e Comunicação apresentam algumas correlações significativas com a BES total e a BES Cognitiva, ainda que essas relações sejam consideradas fracas. Também o fator Confiança da escala Pai se correlaciona significativamente com a empatia cognitiva, sendo também essa uma correlação fraca. Assim, confirma-se que, também para o sexo feminino, é a vinculação aos amigos e os seus fatores que mais se associa com a empatia. Essas relações não são, no entanto, tão expressivas como no sexo masculino, sendo que as correlações são de fracas a moderadas. Quer isso dizer que os resultados na BES serão tanto maiores, quanto maiores forem os resultados na escala Amigos e nos fatores Confiança e Comunicação e menores os resultados do fator Alienação.

### 3.1.2. Empatia e vinculação em função da idade

Quadro 12. Correlações entre a BES e o IPPA em função da idade

Grupo Idade	BES					
	Grupo 1: 12-13 (n=186)			Grupo 2: 14-15 (n=158)		
	Afetivo	Cognitivo	Total	Afetivo	Cognitivo	Total
<b>IPPA Mãe</b>						
Confiança	-0.008	0.062	0.024	0.115	0.125	0.137
Comunicação	0.110	0.104	0.126	0.200*	0.206**	0.233**
Alienação	0.112	0.026	0.090	-0.135	-0.172*	-0.173*
Total	0.011	0.063	0.038	0.169*	0.186*	0.203*
<b>IPPA Pai</b>						
Confiança	0.030	0.179*	0.107	-0.152	0.027	-0.087
Comunicação	0.003	-0.019	-0.007	-0.027	0.094	0.028
Alienação	0.088	0.031	0.076	0.115	0.001	0.076
Total	-0.010	0.057	0.021	-0.108	0.051	-0.046
<b>IPPA Amigos</b>						
Confiança	0.189**	0.434**	0.339**	0.286**	0.439**	0.404**
Comunicação	0.318**	0.473**	0.447**	0.402**	0.477**	0.499**
Alienação	-0.173*	-0.391**	-0.307**	-0.208**	-0.413**	-0.339**
Total	0.255**	0.483**	0.408**	0.339**	0.491**	0.465**

Legenda: \* -  $p < .005$ ; \*\* -  $p < .001$

Atendendo à variável idade, não se verificam, para o grupo etário 12-13 anos, correlações significativas entre as vinculações aos pais e a empatia. Apenas existe uma correlação significativa, mas bastante fraca, entre o fator Confiança da escala Pai e a empatia cognitiva.

No grupo dos 14-15 anos, das vinculações aos pais, apenas a da mãe (com os fatores Comunicação, Alienação e Total) apresenta correlações fracas, mas com significado estatístico, com as várias dimensões da BES.

É a vinculação aos amigos a que apresenta correlações mais elevadas para os dois grupos etários, sendo essa correlação com a empatia afetiva mais baixa para ambos os grupos ( $r = .255$  e  $r = .339$  para os 12-13 anos e 14-15 anos, respetivamente). No entanto, apresenta valores moderados para a empatia cognitiva ( $r = .483$  e  $r = .491$ ) e a total ( $r = .408$  e  $r = .465$ ), o que significa que uma vinculação mais segura aos pares está associada a níveis mais altos nessas duas dimensões. Além disso, todos os fatores do IPPA Amigos apresentam correlações tendencialmente moderadas com as dimensões da BES, o que indica que, resultados mais altos nos fatores Confiança e Comunicação, aliados a resultados mais baixos na Alienação, levam a níveis mais altos da empatia, quer afetiva, quer cognitiva.

### 3.2. Efeito preditor da vinculação sobre a empatia

Uma vez que se verificou que a vinculação aos pares é a que mais se correlaciona com os resultados da BES (as correlações com as escalas Mãe e Pai são relativamente fracas), optou-se por calcular o efeito preditor de apenas esta variável na empatia. Assim, realizou-se uma Análise da Regressão Linear tomando como variável preditiva a vinculação aos pares e, como variável critério, a empatia total. O resultado é observável no Quadro 13.

**Quadro 13. Análise da Regressão Linear para a predição da empatia.**

	<b>R</b>	<b>R2</b>	<b>Beta</b>	<b>F</b>	<b>p</b>
<b>VI</b>					
IPPA Amigos	0.44	0.19	0.436	80.29	.000

Verifica-se, assim, que 19% do resultado da empatia total é efeito da vinculação aos amigos.

## V - Discussão

O papel da empatia no desenvolvimento do ser humano tem sido alvo de investigações em diversas áreas, desde a psicologia à sociologia ou às neurociências. Toda a investigação já realizada serviu para comprovar a clara influência que esta competência tem numa série de comportamentos pró-sociais, em qualquer geração. Com efeito, o cérebro humano está preparado para ser empático e o estudo sobre o desenvolvimento cognitivo comprova-o (Decety, 2010). Como foi visto, o sujeito adquire a capacidade de perceber e agir em função dos sentimentos e pensamentos do outro, logo nos primeiros anos de vida. Essa capacidade desenvolve-se a par do crescimento do sujeito e, na adolescência, o cérebro passa por alterações que lhe permitem raciocinar em termos mais abstratos – o adolescente consegue inferir os estados mentais de outros, da mesma forma que consegue compreender as suas perspetivas.

Ainda que a empatia possa, numa perspetiva estritamente neurobiológica, ser uma espécie de capacidade inata, o que os estudos revelam (Trommsdorff, 1995) é que a competência empática se deve tanto à genética como à experiência e às aprendizagens que o meio vai provendo ao sujeito. É nesse sentido que a compreensão dos fatores (quer protetores, quer de risco) que interferem no desenvolvimento da empatia é crucial.

Neste estudo pretendeu-se analisar até que ponto pode a vinculação segura à mãe, ao pai e aos amigos, servir como fator de proteção à evolução da empatia. Se alguns dos resultados encontrados corresponderam aquilo que tem sido relatado na comunidade científica, outros houve que adquiriram, por vezes, contornos um tanto ou quanto inesperados. Pretende-se, neste capítulo, fazer não só uma síntese dos resultados obtidos, mas também discuti-los, de modo a compreender o seu valor e significado.

Relativamente às diferenças entre sexos, as raparigas são aquelas que demonstraram maiores níveis de empatia, tal como já havia sido verificado por outros autores (e.g. Garaigordobil, 2009; Kemp, Overbeek, Wied, Engels, & Scholte, 2007; Matias, 2012). Efetivamente esse é um resultado que está de acordo, não só com grande parte dos estudos realizados acerca da empatia, mas também com um certo estereótipo cultural, que indica que o sexo feminino, de acordo com as suas características, é mais empático (Rueckert, 2011). Ainda assim, nos últimos anos, esse tem sido um tópico que cria alguma controvérsia entre os autores, muito devido ao desenvolvimento de medidas mais objetivas, como a avaliação por neuroimagem (Rueckert, 2011). O que esses estudos demonstram é que, em escalas de autorresposta, como é o caso da BES, os sujeitos do sexo feminino tendem a relatar níveis mais altos de empatia do que aqueles que são verificados através de outras medidas, o que se poderá dever ao facto de as mulheres saberem que, socialmente, é esperado que demonstrem mais empatia e, assim, quando sabem que é nesse domínio que estão a ser avaliadas, tendem a dar respostas que confirmem esse estereótipo (Rueckert, 2011). Uma vez que vão existindo já diversos estudos que não confirmam a existência de diferenças entre sexos relativamente ao grau de empatia, tem

surgido um aumento do interesse nessa questão e começam a utilizar-se diferentes formas de avaliar essa capacidade, na tentativa de compreender a consistência das diferenças e em que condições essas diferenças existem ou não (Rueckert, 2011).

A análise intra-sexos, mostrou que, enquanto nas raparigas não existem diferenças entre as dimensões da empatia, nos rapazes, os níveis de empatia cognitiva tendem a ser mais elevados do que os da afetiva. Isso já foi verificado por outros autores, que constataram que os indivíduos do sexo masculino, perante um estímulo emocional, tendem a utilizar estratégias de processamento mais cognitivas do que afetivas (Derntl, et al., 2010).

Verificou-se, relativamente à comparação entre grupos etários, que não ocorrem variações no nível de empatia em função da idade, o que é corroborado por investigações anteriores (e.g. Garaigordobil, 2009; Matias, 2012), nos quais essas diferenças também não foram encontradas, e que indicam que, na adolescência, a empatia é uma variável que se mantém relativamente estável.

Atendendo agora à análise das diferentes dimensões da vinculação – Confiança, Comunicação e Alienação – averiguou-se que, na generalidade das comparações feitas, as relações com a mãe e com os amigos são privilegiadas, uma vez que se mostraram associadas a maiores níveis dos fatores Confiança e Comunicação. Ainda que a generalidade da amostra tenha apontado para níveis mais altos de Alienação relativamente aos pares, esse resultado deve-se sobretudo aos sujeitos do sexo masculino, que tendem a sentir-se alienados em relação aos amigos. Gullone & Robinson (2005) também chegaram a resultados semelhantes, ainda que não tenham sugerido uma justificação para esse facto. No entanto, tendo em conta que a alienação está associada a sensações de desespero e, sobretudo, de separação ou de ser posto de parte (ainda que seja considerada como um comportamento esperado na adolescência, na medida em que funciona como uma reação adaptativa) (Sprinthall & Collins, 1988), pode ser esse o motivo pela qual os rapazes, numa fase em que a aproximação ao grupo de amigos é um passo premente, se sintam mais alienados em relação a esse grupo, talvez devido a alguma dificuldade em saber o lugar que ali ocupam (Sprinthall & Collins, 1988). Isso poderá também explicar o porquê de, quando comparados com as raparigas, os rapazes apresentarem níveis mais altos de vinculação, comunicação e confiança em relação aos pais, possivelmente como forma de compensar esse sentimento de afastamento em relação aos amigos. Ainda assim, importa referir que os rapazes percebem o mesmo grau de vinculação aos pais e aos amigos, pelo que essa alienação relativamente ao grupo de pares, será provavelmente uma resposta adaptativa natural desta fase (Sprinthall & Collins, 1988).

A análise dos fatores do IPPA de forma isolada deve ser, contudo, feita com algum critério, uma vez que poderá levar a conclusões deturpadas. Por exemplo, nas raparigas, ainda que se verifique que comuniquem e confiem igualmente na mãe e nos amigos e que também não haja diferenças nos níveis de alienação, a verdade é que estas se sentem mais vinculadas aos

amigos do que à mãe. Do mesmo modo, na comparação em cada grupo etário, em que se verificaram níveis mais altos de alienação aos amigos do que aos pais, os resultados das escalas completas revelaram que ambos os grupos percebem maior vinculação aos amigos do que aos progenitores.

Com efeito, todas as análises efetuadas, quer em função do sexo, quer da idade, indicaram essa maior percepção de vínculo em relação aos amigos (exceção feita para o sexo masculino, cujos resultados entre a vinculação aos pais e aos amigos não apresentaram diferenças). Este resultado vai ao encontro dos resultados de outras investigações, que mostram que os adolescentes, ao contrário das crianças, tendem a perceber uma maior vinculação aos pares do que aos pais (e.g. Buist, Dekovic, Meeus, & Aken, 2002; Gullone & Robinson, 2005). Este efeito não deve ser, no entanto, interpretado como uma diminuição da importância dos pais, mas antes um reflexo da evolução normal da infância para a adolescência. Como foi visto anteriormente, o início da adolescência é marcado por um esforço do jovem em ganhar alguma independência e autonomia relativamente ao contexto familiar, o que resulta numa consequente aproximação ao grupo de pares, no sentido de continuar a satisfazer as necessidades de vinculação (Jongenelene et al., 2007).

Averiguou-se ainda que, com o aumento da idade, existe um decréscimo nos resultados da vinculação ao pai. Uma vez que nos rapazes não se observaram diferenças entre a vinculação aos pais, esse decréscimo deverá estar relacionado com as respostas das raparigas. Os resultados anteriormente apresentados mostraram, aliás, que o pai é a figura com quem as raparigas percebem menos comunicação, menos confiança e menos vínculo. Esses resultados podem ser, pelo menos em parte, explicados pelas conclusões de Buist e colaboradores (2002), que constataram que os padrões do desenvolvimento da vinculação ao longo da adolescência dependem não só do sexo do adolescente, mas também do sexo dos progenitores, existindo diferenças nas relações vinculativas entre sujeitos do mesmo sexo (mãe-filha ou pai-filho) e de sexos diferentes (mãe-filho ou pai-filha). Por norma, tendem a existir vinculações mais fortes entre pais e filhos do mesmo sexo, o que pode ser explicado a partir da teoria psicanalítica, que indica que a figura parental do mesmo sexo é utilizada como referência no processo de identificação (Buist et al., 2002). Daí talvez, o facto de que a diferença entre a vinculação à mãe e ao pai é maior para as raparigas do que para os rapazes, a favor da vinculação à mãe, que se apresenta mais forte. Essa diferença, que foi já relatada noutras pesquisas (Buist et al., 2002; Meeus, 1989, citado por Buist et al., 2002), poderá também dever-se à forma como os sujeitos do sexo feminino encaram os relacionamentos interpessoais. Sendo as mulheres mais focadas na interação social do que os homens, as diferenças obtidas poderão ser reflexo do facto de ambos os elementos dessa relação valorizarem mais essa interação (Buist et al., 2002).

Atentando já na análise que permitiu verificar a percentagem de casos com vinculação segura e insegura para o total da amostra, e ainda que se tenham apresentado esses resultados, considerou-se que não seria



pertinente multiplicar as análises em função do sexo e do grupo etário. Isto porque, se se considerar o cálculo em que se baseia a distinção entre sujeitos seguros e inseguros (relembre-se que sujeitos cujos resultados sejam superiores ao resultado da mediana são considerados seguros e sujeitos com resultados inferiores à mediana são considerados inseguros) percebe-se que se estão a fazer comparações com os sujeitos da mesma amostra e não com sujeitos de uma população geral. Ou seja, em qualquer amostra que se analise, por mais seguros que se apresentem os sujeitos (os resultados das escalas variam entre 25 e 125), existirá sempre uma mediana de resultados e, conseqüentemente, existirão sempre sujeitos com resultados abaixo dessa mediana. Considerando, hipoteticamente, uma amostra em que todos os sujeitos tenham resultados superiores a 100 na escala da vinculação (IPPA), será sensato classificar um sujeito como inseguro apenas porque o seu resultado é inferior ao valor da mediana? Parecerá correto dizer que o sujeito tem uma vinculação menos segura comparativamente com sujeitos da mesma amostra que obtenham resultados superiores à mediana, mas não será provavelmente correto classificá-lo como inseguro tendo em conta uma população geral.

Seria interessante que para esta escala fosse definido um ponto de corte diferente da mediana, que permitisse a comparação de qualquer tipo de amostra com a população normal.

Uma vez discutidos os resultados relativos às escalas da empatia e da vinculação, serão agora analisados os dados que permitiram a compreensão da relação entre essas duas variáveis.

De um modo geral, observou-se que a vinculação aos pares foi a que apresentou correlações mais elevadas com a empatia (total, cognitiva e afetiva). Embora a percepção de maior vinculação aos pares fosse, de algum modo, expectável, tendo em conta a idade dos sujeitos da amostra, o facto de ser essa relação praticamente por si só, a influenciar o nível de empatia, foi um resultado surpreendente.

Sabe-se que, na adolescência, o grupo de pares assume um papel diferente daquele que assumia na infância (Bee, 2003) – enquanto na infância, esse grupo serve, sobretudo, como um ambiente de brincadeira e de aprendizagem, na adolescência, passa a funcionar como o veículo da transição da vida familiar para uma vida cada vez mais independente. Além disso, os adolescentes passam mais tempo com pessoas da mesma idade do que com adultos (Sprinthall & Collins, 1988). Mas, para a compreensão do resultado obtido, talvez seja mais importante saber qual é o grupo de pares do adolescente. Ou seja, qual é o seu grupo de amigos e porque é que esse grupo exerce a influência que se verificou?

O grupo de amigos não é pois formado ao acaso. O adolescente tende a aproximar-se de um grupo que considere compatível consigo (Bee, 2003). Isto porque, naturalmente será mais fácil para o jovem ter um grupo de amigos que partilhe dos seus valores e das suas atitudes do que ser forçado a adotar valores discrepantes dos seus ou tentar convencer o grupo a alterar-se em sua função (Bee, 2003; Jesuíno, 2006). Esta ideia não implica, no entanto, que o grupo não influencie o comportamento do adolescente e

que este não se molde no sentido de corresponder ao padrão. Efetivamente, existe pressão do grupo para que todos os seus elementos se configurem à sua norma de funcionamento, o que é aliás, inerente a qualquer grupo, não fosse a influência social própria da vida em relação (Jesuíno, 2006). Mas um aspeto que parece ser importante tomar em consideração neste caso é que, por norma, o grupo exerce pressão a favor de uma atitude ou comportamento positivos (como o empenhamento escolar ou um comportamento não violento), sendo os próprios adolescentes a relatar esse efeito (Bee, 2003). A investigação confirma esse relato. Frank e Vitaro (1997, citado por Bee, 2003) descobriram que a possibilidade de um adolescente apresentar comportamentos desviantes depois de se integrar num grupo, depende mais das suas características pessoais do que da pressão exercida pelo grupo, sendo que a influência negativa dos pares ocorre, essencialmente, em grupos constituídos por elementos que já anteriormente manifestavam comportamentos delinquentes, muito devidos a vinculações pouco seguras com os pais (Bee, 2003). Além do mais, sabe-se que as atitudes desviantes e os comportamentos negativos conduzem, geralmente, à rejeição do adolescente pelos pares (Sprinthall & Collins, 1988).

Uma vez que o grupo de pares partilha, à partida, dos mesmos valores do adolescente e exerce a sua influência no sentido de promover esses valores, poderá dever-se a isso o maior efeito do grupo de pares na empatia, uma competência que está associada a um comportamento socialmente ajustado.

Ainda assim, não deverão ser deixados de parte os dados desta investigação que indicaram a existência de correlações significativas entre todas as subescalas do IPPA. Essas correlações, que não se verificaram na amostra original da adaptação do instrumento, indicam que a qualidade da vinculação aos pares é, nesta amostra, influenciada, em parte, pela qualidade das relações ao pai e à mãe. Na verdade, esses dados fazem algum sentido, pois são vários os autores que defendem que as relações com os pais podem afetar o tipo de relacionamento que se estabelece com os colegas (e.g. Soares, 1996; Sprinthall & Collins, 1988). Os estudos demonstram que os adolescentes cujos pais encorajam a comunicação, o respeito e a intimidade, estão melhor preparados para estabelecer relações íntimas com os amigos (Sprinthall & Collins, 1988). Soares (1996, p.48) reafirma esta ideia, indicando que “o sucesso com que o adolescente (re)negoceia os seus objetivos para a relação pais-filho parece ter influência na qualidade das relações com os pares, na medida em que o modelo representacional da figura de vinculação constitui uma força significativa no sentido da continuidade da organização das vinculações do adolescente”.

Tendo estas informações em mente, poder-se-á pressupor que a influência da vinculação aos pares na empatia, depende também da qualidade da relação com os pais? Isto é, se a vinculação aos pais se apresenta segura (à qual é inerente, entre outros aspetos, a transmissão de valores sociais positivos), o adolescente estará mais apto para estabelecer relações no mesmo sentido com os pares que, conseqüentemente, exercerão influência a favor da manutenção dessas atitudes e valores positivos? Estas

são questões que, não obstante parecerem possuir algum suporte teórico, necessitariam, naturalmente, de ser verificadas empiricamente.

Ainda de acordo com as correlações analisadas, pôde ver-se que a vinculação ao pai pouco ou nada se encontra associada com a empatia. Ainda que se tenham verificado algumas correlações significativas na análise em função do sexo (no sexo masculino apenas), essas possuíam um valor bastante fraco sendo que, na análise da amostra total, não se encontraram sequer quaisquer correlações entre o vínculo ao pai e a empatia. Ainda que possam existir, não foram encontrados estudos que confirmassem esta tendência, pelo que, para a compreensão deste panorama, se considerou adequado proceder a alguma pesquisa relativamente à empatia na idade adulta (principalmente no que respeita ao sexo masculino). Assim, constatou-se que, também nos adultos, é o sexo masculino que evidencia níveis mais baixos de empatia (Gillet, Mella, Studer, Grünh, & Labouvie-vief, 2013; O'Brien, Konrath, Gruhn, & Hagen, 2012). Ora, sabendo disso e sabendo que muitos desses homens serão pais, poderá acontecer que um pai que revele menos empatia seja menos promotor do desenvolvimento da empatia no seu filho? A literatura indica que as demonstrações empáticas de qualquer um dos pais influenciam positivamente o filho e que a carência dessa capacidade parental está associada a problemas de regulação emocional e comportamental da criança (Feshbach, 1987). Pais empáticos tomam em conta os pontos de vista dos filhos, e são capazes de os compreender e partilhar; por outro lado, sabe-se que pais com baixos níveis de empatia, estão emocionalmente menos envolvidos e menos predispostos para satisfazer as necessidades dos filhos (Feshbach, 1987). A empatia contribui, então, para o desenvolvimento de relações mais próximas entre pais e filhos, principalmente quando se sabe que uma resposta empática por parte dos pais é entendida pelo filho como uma forma de validação, ou seja, de se sentir aceite e compreendido (Feshbach, 1987). Existe, de facto, uma interação mútua e recíproca entre a empatia dos pais e a qualidade da sua vinculação com os filhos (Feshbach & Feshbach, 1982, citado por Feshbach, 1987), o que poderá, de algum modo, justificar não só o facto de se terem encontrado evidências de que a vinculação ao pai não interfere no grau de empatia, mas também o facto de os adolescentes (especialmente as raparigas) percecionarem uma menor vinculação ao pai do que à mãe e aos amigos. Se são os pais, enquanto sujeitos do sexo masculino, que tendem a revelar um menor grau de empatia, e se o grau de empatia influencia, como foi visto, o grau da vinculação, acaba também por fazer sentido que os adolescentes se sintam menos vinculados a essa figura. Estas conclusões necessitariam, no entanto, de ser exploradas uma vez que o número de investigações que se debruçam sobre as relações com o pai é bastante limitado.

Outra questão interessante que surgiu aquando da interpretação dos resultados, além do facto de a vinculação aos amigos ser a que se correlaciona mais com a empatia, foi o facto de essa correlação ser, por norma, mais forte com a empatia cognitiva do que a afetiva. Essa maior correlação foi visível tanto na totalidade da amostra, como em função do

sexo e da idade.

Mas então, porquê a empatia cognitiva?

Na realidade, não se encontraram outros estudos que tenham analisado ou encontrado resultados semelhantes.

Como foi visto no enquadramento teórico, a empatia é uma variável multidimensional, ainda que as suas dimensões – afetiva e cognitiva – tomem diferentes papéis e proporções na predição do comportamento do sujeito (Ang & Goh, 2010; Gladstein, 1983; Kokkinos & Kipritsi, 2012; Strayer, 1987; Zoll & Enz, 2010). A diferença entre a influência de cada uma das dimensões tem sido estudada, sobretudo, em amostras clínicas, cujos sujeitos apresentam psicopatologias, tais como perturbação do espectro do autismo, perturbação *borderline* ou bipolaridade (Dziobek, et al., 2008; Maurage, et al., 2011). A generalidade desses estudos demonstra que em todos esses quadros tende a existir um forte comprometimento da empatia cognitiva associado a uma empatia afetiva intacta (Maurage, et al., 2011). Contudo, ainda que essas conclusões possam indicar que, de facto, a componente cognitiva tem um grande peso na resposta empática dos sujeitos, não permitem fazer comparações com uma população saudável.

De qualquer das formas, essa relevância da dimensão cognitiva vai ao encontro das conclusões de Ang e Goh (2010) já apresentadas no enquadramento teórico – os adolescentes com uma empatia afetiva baixa apresentam comportamentos semelhantes aos que a têm em maior grau; no entanto, se ao mesmo tempo apresentarem uma empatia cognitiva reduzida tenderão a registar mais comportamentos de *cyberbullying* do que os que apresentavam níveis mais altos de empatia cognitiva. Também como já foi visto anteriormente, no estudo de Kokkinos e Kipritsi (2012), um baixo grau de empatia cognitiva prediz o comportamento de *bullying*, sendo que o grau da dimensão afetiva não interfere nessa relação.

Essas pesquisas relatam a importância de um nível alto de empatia cognitiva, mas nenhuma delas responde à questão levantada: porque é que, na adolescência, a vinculação segura se correlaciona mais fortemente com a empatia cognitiva?

Sabendo que a adolescência está associada a uma complexificação do pensamento que permite ao adolescente processar quer a sua própria perspectiva, quer a dos outros (uma competência, aliás, associada à empatia cognitiva) (Sprinthall & Collins, 1988), poder-se-á supor que advém daí esta maior mediação cognitiva na empatia? A ausência de estudos que indiquem se essa predominância se mantém ou se se extingue na idade adulta, não permite tecer considerações conclusivas.

Poderá também acontecer que, o adolescente, numa fase ainda marcada pelo egocentrismo inicial dos primeiros anos da adolescência, em que se questiona e pretende compreender mais acerca de si mesmo (Sprinthall & Collins, 1988), se foque mais nas suas questões do que nas de outros sujeitos e, daí, os níveis mais baixos de empatia afetiva comparativamente à cognitiva.

No entanto, essa hipótese vai um pouco contra algumas descobertas mais recentes, que indicam que o grau de empatia cognitiva é tão ou mais

importante que o grau de empatia afetiva na concretização do comportamento empático. Na realidade, ainda que grande parte das investigações levadas a cabo dê especial ênfase à empatia afetiva em detrimento da empatia cognitiva, e que se considere que as motivações afetivas ou emocionais produzem mais efeitos no comportamento pró-social dos indivíduos, do que as motivações cognitivas ou racionais, nos últimos tempos têm surgido alguns estudos que dão mais crédito à empatia cognitiva (Einolf, 2012). Marjanovic, Struthers e Greenglass (2012) constataram, por exemplo, que, em situações de desastres naturais, são os sujeitos com altos níveis de empatia cognitiva que mais auxiliam as vítimas através, por exemplo, da realização de donativos. Os autores verificaram ainda que, embora a empatia afetiva prediga positivamente a vontade de ajudar, não prediz o ato efetivo de ajuda, estando esse relacionado com o grau de empatia cognitiva.

Assim, estas são, para já, questões que não poderão obter uma resposta conclusiva, na medida em que a investigação científica realizada até ao presente não oferece ainda dados que permitam definir conclusões seguras e fidedignas. A empatia é, além do mais, uma variável que tem despertado cada vez mais interesse na comunidade científica e que, afortunadamente, tem visto alargados os métodos disponíveis para o seu estudo rigoroso, pelo que o conhecimento em seu torno tenderá a aumentar.

Por fim, resta referir que o resultado do estudo de predição confirmou aquilo que as correlações efetuadas entre as variáveis faziam prever. Esse resultado, ainda que tenha sido curioso, atesta a importância que o grupo de pares confere à vida do sujeito, na medida em que funciona como um complemento à contribuição dos pais no seu desenvolvimento (Bierman, 2004). Efetivamente, é no contexto das relações com os pares que os adolescentes treinam a interação com os outros e têm a oportunidade de explorar diferentes aspetos de si próprios (Bierman, 2004).

## VI - Conclusões

A investigação apresentada nesta dissertação pretendeu estudar a relação entre a empatia e a vinculação na adolescência. O comportamento empático é resultado de diversos fatores e, ainda que os aspetos biológicos não possam ser descurados, é o relacionamento com os outros que assegura que as bases biológicas possam surtir os seus frutos. Sendo assim, o significado dado aos resultados obtidos deve ter em consideração a importância de oferecer ao sujeito as condições que lhe permitam desenvolver as suas competências.

O estudo empírico culminou em alguns resultados principais: 1) A vinculação aos pares é a que mais se associa à empatia na adolescência; 2) Essa associação é mais forte quando se considera a empatia cognitiva; 3) A vinculação ao pai não parece estar associada, em termos gerais, com a empatia e a vinculação à mãe apresenta uma fraca associação; 4) Esses resultados verificam-se tanto em função do sexo como da idade; 5) A vinculação aos pares prediz, nalguma medida, os níveis de empatia dos adolescentes.

Atendendo a estes e aos outros resultados obtidos, de modo geral, pode considerar-se que os objetivos propostos foram alcançados. Ainda assim, este trabalho levantou algumas questões, descerrando caminho para algumas possibilidades de investigação, nomeadamente, relativamente à averiguação do predomínio e importância da empatia cognitiva noutras faixas etárias, e dos fatores que associados à vinculação aos pais melhor expliquem a relação deste vínculo com a empatia. Seria ainda interessante replicar este estudo em amostras cujos adolescentes estivessem sinalizados como tendo problemas de comportamento antissocial, no sentido de verificar se os resultados revelariam uma associação entre baixos níveis de empatia e vinculações inseguras aos pais e/ou aos pares.

Ainda assim, julga-se que o estudo contribuiu para o aumento do conhecimento no campo da empatia que, apesar do interesse que tem vindo a despertar na comunidade científica, é um campo volátil ainda com muito por descobrir, inclusive, em relação aos fatores que realmente suportam o seu desenvolvimento.

Uma vez que ficou clara a ideia de que, o grupo de pares é, na adolescência, um contexto essencial para o desenvolvimento do comportamento empático, essa informação poderá ser utilizada em termos práticos. O grupo de amigos do adolescente tem uma forte importância social e emocional pois, como foi visto, tem a capacidade de o envolver em diferentes trajetórias que lhe permitirão definir o tipo de pessoa que é ou que almeja ser (Bierman, 2004; Gorrese & Ruggieri, 2012). Sendo assim, em termos de intervenção será importante valorizar a relevância que os pares assumem nesta fase, possibilitando que o adolescente estabeleça relacionamentos com sujeitos da mesma idade, e promovendo a positividade desses relacionamentos. Isso seria alcançável através de programas de prevenção e intervenção em grupo, realizáveis, por exemplo, nas escolas. Seria importante que esses programas trabalhassem numa base de promover,

e não apenas de remediar, o desenvolvimento de competências sociais e emocionais. Assim, seria possível, não só, incentivar as atitudes e comportamentos positivos de todos os adolescentes, mas também intervir nos casos em que existam problemas de relacionamento com os pares (e.g. *bullying* ou violência no namoro).

Concluindo, importa reforçar a importância de prosseguir com a investigação empírica nesta área, uma vez que, apenas o conhecimento rigoroso acerca do funcionamento quer do adolescente, quer da empatia e dos requisitos que a permitem desenvolver, poderá oferecer as condições adequadas para que esse desenvolvimento seja positivamente alcançado.

## Bibliografia

- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Erlbaum.
- Allen, J., & Land, D. (1999). Attachment in adolescence. In J. Cassidy, & P. R. Shaver, *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 319-335). New York: Guilford Press.
- Almeida, M. (1997). *Estratégias de vinculação e estratégias de motivação em pré-adolescentes*. Coimbra: Dissertação de Mestrado.
- Ang, R., & Goh, D. (2010). Cyberbullying Among Adolescents: The role of affective and cognitive empathy, and gender. *Child Psychiatry & Human Development*, 41, 387-397.
- Armsden, G., & Greenberg, M. (1987). The Inventory of Parent and Peer Attachment: Individual Differences and Their Relationship to Psychological Well-Being in Adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 16, 427-454.
- Assunção, R., & Matos, P. (2010). A vinculação parentale amorosa em adolescentes: o papel da competência interpessoal e da tomada de perspectiva. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, (pp. 1574-1588). Universidade do Minho.
- Barnett, M. A. (1987). Empaty and related responses in children. In N. Eisenberg, & J. Strayer, *Empathy and its development* (pp. 146-162). New York: Cambridge University Press.
- Bee, H. (2003). *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: Artwed Editora.
- Bierman, K. (2004). *Peer Rejection*. New York: Guilford Press.
- Bowlby, J. (1984). *Apego e Perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Broidy, L., Cauffman, E., Espelage, D., Mazerolle, P., & Piquero, A. (2003). Sex Differences in Empathy and Its Relation to Juvenile Offending. *Violence and Victims*, 18, 503-516.
- Buist, K., Dekovic, M., Meeus, W., & Aken, M. (2002). Developmental Patterns in Adolescent Attachment to Mother, Father and Sibling. *Journal of Youth and Adolescence*, 31, 167-176.
- Carlo, G., McGinley, M., Hayes, R., Batenhorst, C., & Wilkinson, J. (2007). Parenting styles or practises? Parenting, Sympathy and Prosocial Behaviors among adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 168, 147-176.
- Cohen, B. (2008). *Explaining psychological statistics*. New Jersey: Hoboken.
- Cohen, D. (1982). *Empathy in conduc disordered youth*. Ottawa: Tese de Mestrado.



- Cunha, M. (2005). *Ansiedade social na adolescência: avaliação e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento.
- Decety, J. (2010). The neurodevelopment of empathy in humans. *Developmental Neuroscience*, 32, 257–267.
- Derntl, B., Finkelmeyer, A., Eickhoff, S., Kellermann, T., Falkenberg, D., Schneider, F., & Habel, U. (2010). Multidimensional assessment of empathic abilities: Neural correlates and gender differences. *Psychoneuroendocrinology*, 35, 67-82.
- Dziobek, I., Rogers, K., Fleck, S., Bahnemann, M., Heekeren, H., Wolf, O., & Convit, A. (2008). Dissociation of Cognitive and Emotional Empathy in Adults with Asperger Syndrome Using the Multifaceted Empathy Test (MET). *Journal of Autism Development Disorder*, 38, 464-473.
- Egan, G. (1986). *The Skilled Helper - A systematic approach to effective helping*. California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Einolf, C. (2012). Is Cognitive Empathy More Important than Affective Empathy? A Response to “Who Helps Natural-Disaster Victims?”. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 12, 268-271.
- Eisenberg, N., & Strayer, J. (1987). Critical issues in the study of empathy. In N. Eisenberg, & J. Strayer, *Empathy and its development* (pp. 3-13). New York: Cambridge University Press.
- Eisenberg, N., Morris, A., McDaniel, B., & Spinrad, T. (2009). Moral cognitions and prosocial responding in adolescence. In R. Lerner, & L. Steinberg, *Handbook of Adolescent Psychology* (pp. 229-265). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Engels, R., Finknauer, C., Meeus, W., & Deković, M. (2001). Parental attachment and adolescents' emotional adjustment: The association with social skills and relational competence. *Journal of Counseling Psychology*, 48, 428-439.
- Falcone, E. (1999). A avaliação de um programa de treinamento de empatia com universitários. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1, 23-32.
- Felgueiras Machado, M. G. (1995). *Representação da vinculação e percepção da qualidade da relação adolescente-pais*. Coimbra: Dissertação de Mestrado.
- Feshbach, N. (1987). Parental empathy and child adjustment/maladjustment. In N. Eisenberg, & J. Strayer, *Empathy and its development* (pp. 271-291). New York: Cambridge University Press.
- Gallego, I., Delgado, A., & Sánchez-Queija, I. (2011). Apego a los iguales durante la adolescencia y la adultez emergente. *Anales de Psicología*, 27, 155-163.

- Garaigordobil, M. (2009). A comparative analyses of empathy in childhood and adolescence: gender differences and associated socio-emotional variables. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 9, 217-235.
- Garaigordobil, M., & Galdeano, P. (2006). Empatía en niños de 10 a 12 años. *Psicothema*, 18, 180-186.
- Garaigordobil, M., & Maganto, C. (2011). Empatía y resolución de conflictos durante la infancia y la adolescencia. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 43, 255-266.
- Gillet, A., Mella, N., Studer, J., Grün, D., & Labouvie-bief, G. (2013). Assessing Dispositional Empathy in Adults. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 45, 42-48.
- Gladstein, G. (1983). Understanding Empathy: Integrating Counseling, Developmental, and Social Psychology Perspectives. *Journal of Counseling Psychology*, 30, 467-482.
- Gorrese, A., & Ruggieri, R. (2012). Peer Attachment: A Meta-analytic Review of Gender and Age Differences and Associations with Parent Attachment. *Journal of Youth Adolescence*, 41, 650-672.
- Griffin-Shirley, N., & Nes, S. (2005). Self-esteem and empathy in sighted and visually impaired preadolescents. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, 99, 276-284.
- Gullone, E., & Robinson, K. (2005). The Inventory of Parent and Peer Attachment - Rvised (IPPA-R) for children: a psychometric investigation. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12, 67-79.
- Henry, C., Sager, D., & Plunkett, S. W. (1996). Adolescents' perceptions of family system characteristics, parent-adolescent dyadic behaviors, adolescent quantities, and adolescent empathy. *Family Relations*, 45, 283-288.
- Howell, A., Turowski, J., & Buro, K. (2012). Guilt, empathy, and apology. *Personality and Individual Differences*, 53, 917-922.
- Ibanez, A., Huepe, D., Gempp, R., Gutiérrez, V., & Rivera-Rei, A. (2013). Empathy, sex and fluid intelligence as predictors of theory of mind. *Personality and Individual Differences*, 54, 616-621.
- Jesuino, J. (2006). Estruturas e processos de grupo. In J. Vala, & M. Monteiro, *Psicologia Social* (pp. 393-331). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jolliffe, D., & Farrington, D. P. (2006). Development and validation of the Basic Empathy Scale. *Journal of Adolescence*, 29, 589-611.
- Jongenelen, I., Carvalho, M., Mendes, T., & Soares, I. (2007). Vinculação na adolescência. In I. Soares, *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: teoria e avaliação* (pp. 99-120). Braga: Psiquilíbrios.

- Kemp, R., Overbeek, G., Wied, M., Engels, R., & Scholte, R. (2007). Early Adolescent Empathy, Parental Support, and Antisocial Behavior. *The Journal of Genetic Psychology, 168*, 5–18.
- Kokkinos, C., & Kipritsi, E. (2012). The relationship between bullying, victimization, trait emotional intelligence, self-efficacy and empathy among preadolescents. *Social Psychology of Education, 15*, 41-58.
- Laible, D. (2007). Attachment with parents and peers in late adolescence: Links with emotional competence and social behavior. *Personality and Individual Differences, 43*, 1185–1197.
- Laible, D., Carlo, G., & Raffaelli, M. (2000). The differential relations of parent and peer attachment to adolescent adjustment. *Journal of Youth and Adolescence, 29*, 45-59.
- Laible, D., Carlo, G., & Roesch, S. (2004). Pathways to self-esteem in late adolescence: the role of parent and peer attachment, empathy, and social behaviours. *Journal of Adolescence, 27*, 703–716.
- Lam, C., Solmeyer, A., & McHale, S. (2012). Sibling Relationships and Empathy Across the Transition to Adolescence. *Journal of Youth and Adolescence, 41*, 1657-1670.
- Machado, T. (2007). Padrões de vinculação aos pais em adolescente e jovens adultos e adaptação à Universidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 41(2)*, 5-28.
- Machado, T. S., & Fonseca, A. C. (2009). Desenvolvimento adaptativo em jovens portugueses: será significativa a relação com os pais? *INFAD Revista de Psicologia/ International Journal of Developmental and Educational Psychology, 1(3)*, 461-468.
- Machado, T. S., & Oliveira, M. (2007). Vinculação aos pais em adolescentes portugueses: o estudo de Coimbra. *Psicologia e Educação, 6*, 97-115.
- Malti, T., Perren, S., & Buchmann, M. (2010). Children's peer victimization, empathy, and emotional symptoms. *Child Psychiatry of Human Development, 41*, 98-113.
- Marjanovic, Z., Struthers, C., & Greenglass, E. (2012). Who Helps Natural-Disaster Victims? Assessment of Trait and Situational Predictors. *Analyses of Social Issues and Public Policy, 12*, 245-267.
- Martins, C., Osório, A., & Macedo, A. (2008). Teoria da Mente e desenvolvimento sócio-cognitivo ao longo da infância e idade pré-escolar. *Psychologica, 49*, 8-29.
- Matias, M. (2012). *A Avaliação da Empatia na Adolescência: estudos de validação da versão portuguesa da "Basic Empathy Scale"*. Coimbra: Dissertação de Mestrado.
- Maurage, P., Grynberg, D., Noël, X., Joassin, F., Philippot, P., Hanak, C., . . . Campanella, S. (2011). Dissociation Between Affective and

- Cognitive Empathy in Alcoholism: A Specific Deficit for the Emotional Dimension. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 35, 1662-1668.
- Mellor, D., & Fung, S. (2012). Forgiveness, Empathy and Gender—A Malaysian Perspective. *Sex Roles*, 67, 98-107.
- Miklikowska, M., Duriez, B., & Soenens, B. (2011). Family roots of empathy-related characteristics: the role of perceived maternal and parental need support in adolescence. *Developmental Psychology*, 47, 1342-1352.
- Motta, D., Falcone, E., Clark, C., & Manhães, A. (2006). Práticas educativas positivas favorecem o desenvolvimento da empatia em crianças. *Psicologia em Estudo*, 11, 523-532.
- Neves, L. (1995). *Suporte emocional na adolescência - A relação com os pais e com os amigos em momentos de transição escolar*. Coimbra: Dissertação de Mestrado.
- Neves, L., Soares, I., & Silva, M. C. (1999). Inventário de Vinculação na Adolescência (I.P.P.A.). In M. R. Simões, M. Gonçalves, & L. Almeida, *Testes e Provas Psicológicas em Portugal* (Vol. 2, pp. 37-48). Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais.
- Nobre Lima, L. (2000). *Concepções sobre a adolescência e promoção da autonomia - estudo exploratório*. Coimbra: Dissertação de Mestrado.
- Nobre Lima, L. (2009). *Estórias e projectos de vida de adolescentes institucionalizados*. Universidade de Coimbra: Tese de Doutoramento.
- Oberle, E., Schonert-Reichl, K., & Thomson, K. (2009). Understanding the link between social and emotional well-being and peer relations in early adolescence: gender-specific predictors of peer acceptance. *Journal of Youth and Adolescence*, 39, 1330-1342.
- O'Brien, E., Konrath, S., Gruhn, D., & Hagen, A. (2012). Empathic concern and perspective taking: linear and quadratic effects of age across the adult life span. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 168-175.
- Panfile, T., & Laible, D. (2012). Attachment security and child's empathy: the mediating role of emotion regulation. *Merrill-Palmer Quarterly*, 58, 1-21.
- Papalia, D., Olds, S., & Feldman, R. (2001). *O Mundo da Criança*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Pavarino, M., Prette, A., & Prette, Z. (2005). O desenvolvimento da empatia como prevenção da agressividade. *Psico*, 36, 127-134.
- Roberts, W., & Strayer, J. (1996). Empathy, emotion expressiveness, and prosocial behavior. *Child Development*, 67, 449-470.

- Rogers, C. (1957). The Necessary and Sufficient Conditions of Therapeutic Personality Change. *Journal of Consulting Psychology, 21*, 95-103.
- Rueckert, L. (2011). *Gender differences in empathy*. Obtido de Northeastern Illinois University: <http://www.neiu.edu/~lruecker/chapter.pdf>
- Sánchez-Queija, I., & Oliva, A. (2003). Vínculos de apego con los padres y relaciones con los iguales durante la adolescencia. *Revista de Psicología Social, 18*, 71-86.
- Sánchez-Queija, I., Oliva, A., & Parra, Á. (2006). Empatía y conducta prosocial durante la adolescencia. *Revista de Psicología Social, 21*, 259-271.
- Schonert-Reichl, K., Smith, V., Zaidman-Zait, A., & Hertzman, C. (2012). Promoting Children's Prosocial Behaviors in School: Impact of the "Roots of Empathy" Program on the Social and Emotional Competence of School-Aged Children. *School Mental Health, 4*, 1-21.
- Shechtman, Z. (2002). Cognitive and affective empathy in aggressive boys: implications for counseling. *International Journal for the Advancement of Counselling, 24*, 211-222.
- Smith, A. (2006). Cognitive empathy and emotional empathy in human behaviour and evolution. *The Psychological Record, 56*, 3-21.
- Soares, I. (1996). *Representação da Vinculação na Idade Adulta e na Adolescência*. Universidade do Minho: Tese de Doutoramento.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares, *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento* (pp. 13-45). Braga: Psiquilíbrios.
- Soderstrom, H. (2003). Psychopathy as a disorder of empathy. *European Child & Adolescent Psychiatry, 12*, 249-252.
- Sprinthall, N., & Collins, W. (1988). *Psicologia do Adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steinberg, L. (2001). We know some things: Parent-Adolescent relationships in retrospect and prospect. *Journal of Research on Adolescence, 11*, 1-19.
- Steinberg, L., & Morris, A. (2001). Adolescent development. *Annual Review of Psychology, 52*, 83-110.
- Strayer, J. (1987). Affective and cognitive perspectives on empathy. In N. Eisenberg, & J. Strayer, *Empathy and its development* (pp. 218-244). New York: Cambridge University Press.
- Strayer, J., & Roberts, W. (1997). Facial and Verbal Measures of Children's Emotions and Empathy. *International Journal of Behavioral Development, 20*.
- Szalavitz, M., & Perry, B. (2010). *Born for Love*. New York: William

Morrow.

- Thompson, R. (1987). Empathy and emotional understanding: the early development of empathy. In N. Eisenberg, & J. Strayer, *Empathy and its development* (pp. 119-145). New York: Cambridge University Press.
- Trommsdorff, G. (1995). Person-Context Relations as Developmental Conditions for Empathy and Prosocial Action: a Cross-Cultural Analysis. In T. Kindermann, & J. Valsiner, *Development of person-context relations* (pp. 113-146). Hillsdale: Erlbaum. Obtido de Konstanzer Online-Publikations-System (KOPS).
- White, S. (1997). Empathy: a literature review and a concept analysis. *Journal of Clinical Nursing*, 6, 253-257.
- Wispé, L. (1986). The Distinction Between Sympathy and Empathy: To Call Forth a Concept, A Word Is Needed. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 314-321.
- Zoll, C., & Enz, S. (2010). *A Questionnaire to Assess Affective and Cognitive Empathy in Children*. Obtido de Opus 4: [opus4.kobv.de/opus4-bamberg/.../ZollEnzA.pdf](http://opus4.kobv.de/opus4-bamberg/.../ZollEnzA.pdf)